

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 31 | Nº 02 | FEVEREIRO 2011 | R\$ 15,00



ISSN 0100-4298



AGROANALYSIS
31 ANOS

ESPECIAL
BOLSA BRASILEIRA
DE MERCADORIAS
AGRONEGÓCIOS
ON-LINE

JUROS Dúvidas sobre a política monetária
PREÇOS AGRÍCOLAS *Commodities* em alta
LARANJA Custo de produção dissecado



**NO MUNDO DOS NEGÓCIOS,
CONTAR COM O CONHECIMENTO
DA FGV PROJETOS
É UMA EXCELENTE SOLUÇÃO.**

FGV Projetos. Todo o conhecimento da FGV a seu favor.

Contar com a FGV Projetos é contar com o conhecimento gerado nas Escolas e Institutos da Fundação Getúlio Vargas e ter à disposição os melhores profissionais do país. Afinal, a FGV não só forma os melhores profissionais, como também ajuda a formar as melhores organizações.

www.fgv.br/fgvprojetos



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS**

Mais conteúdo,
melhores soluções.

O agronegócio é o seguinte

Rally dos preços agrícolas

A PESAR DE apresentar dois comportamentos diferentes ao longo do ano, as negociações com as *commodities* agropecuárias atingiram valores inéditos em 2010 no Brasil. Fazem parte desse conjunto açúcar, algodão, café e boi. Nos primeiros seis meses do ano, as cotações internacionais ficaram em patamares superiores aos da média histórica, embora, no mercado interno, o milho, a soja e o boi estivessem relativamente estabilizados. A arrancada aconteceu para valer no segundo semestre.

A sensação de cotações aquecidas nas *commodities* agrícolas deixa os agricultores brasileiros alvoroçados. É a melhor perspectiva desde o plantio da safra 2003/04. Este cenário faz com que as feiras e exposições agropecuárias trabalhem com resultados promissores. Como a agricultura é muito sensível e dá pronta resposta diante do aceno de preços remuneradores, o ciclo de alta pode esfriar no segundo semestre. O grande termômetro será o comportamento da próxima safra americana.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) chama a atenção das lideranças mundiais a respeito dos altos níveis de preços registrados pelos alimentos no âmbito mundial. A agroinflação é apontada como fenômeno global e perigosa fonte de instabilidade. Não se descartam crises sociais similares às ocorridas em 2008 com a *tortilla* no México e a *pasta strike* na Itália.

Em muitos países asiáticos, inclusive na Índia, os preços dos alimentos chegam na casa de dois dígitos. É um incremento preocupante. A temeridade é que esse choque de preços contamine de maneira mais ampla as outras atividades e provoque desequilíbrio econômico e social. Grande massa populacional do continente asiático vive em situação de extrema pobreza.

No Brasil, embora desfrute da posição de ser um dos grandes celeiros mundiais, os preços dos alimentos puxaram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para cima: eles subiram 10,39%, o triplo da variação do grupo em 2009, de 3,18%. Somente a carne, que no ano aumentou 29,54%, contribuiu para o IPCA com 0,64

ponto percentual. O feijão carioca (mulatinho) registrou alta de mais de 60%. Outros produtos comuns na mesa dos brasileiros, como farinha de mandioca, leite, açúcar e frango, registraram altas de mais de 14%.

Com isso, o indicador oficial da inflação fechou 2010 em 5,91%, praticamente idêntico ao de 2008 (5,90%). Superior ao centro da meta do governo, de 4,5%, este é o maior percentual desde 2004. Mesmo assim, 2010 terminou como o sétimo ano seguido em que o IPCA fica dentro da meta, considerando o intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos. O que diferencia as inflações ocasionadas por alimentos em 2007, 2008 e 2010 das anteriores é a soma de dois movimentos: a expansão consistente da demanda e a escassez estrutural na oferta da carne bovina.

Continuamos a ressaltar nesta edição a política monetária do governo Dilma Rousseff, que será diferente daquela praticada pelo governo Lula. Vale a pena ficar ligado.

Agroanalysis apresenta, pela primeira vez, nesta edição matéria dedicada à negociação internacional, com a gentil colaboração dos adidos agrícolas, cargo criado pelo governo brasileiro em abril de 2008, para atuar em países considerados estratégicos, como China, Japão, Rússia, Argentina, Estados Unidos, África do Sul, e em Genebra (sede das Nações Unidas na Europa) e Bruxelas (capital da União Europeia).

Interessante a matéria que dissecou o custo de produção da caixa de laranja. A diferença nas fontes consultadas chega a 42%. Por isso, o ideal seria a constituição do Consecitrus para harmonizar a cadeia produtiva citrícola.

O caderno especial mostra o trabalho competente desenvolvido pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, cuja função é comercializar, registrar e fazer os leilões com a maior transparência possível. Em 2010, ela movimentou R\$ 800 milhões com os leilões da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em seus pregões, passaram oito milhões de toneladas da política agrícola do governo. É um valor irrisório quando comparado ao total da produção agropecuária brasileira, o que significa o potencial existente para ser explorado. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aider

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: Flavio Batistela Greicius

Revisão: Raphael Messias

Fotos: istockphoto, sxc.hu e Getty Images.

Secretaria e administração: Debora Durazzo

Produção editorial - coordenador: Evandro Jacóia Faulin

Publicidade/Contato comercial: Debora Durazzo - Tel.: (11) 3799-3220, e-mail: debora.brito@fgv.br

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220,

Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar,

Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel

Pio Corrêa Jr., Márcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque

Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado,

Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz

S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa

da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia),

Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão

(Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo

Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel

Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim

Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros

Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do

Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação

Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa

Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, José Luiz Marques Lino (VALE S.A.), Luiz Roberto

Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda.), Ney Coe de

Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo

Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de

Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro

Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

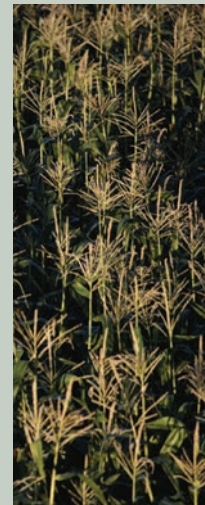
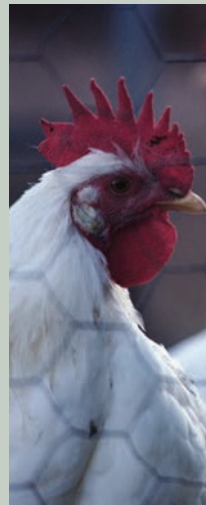
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Joaquim da Silva Ferreira
Ivan Wedekin

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 *Commodities* agrícolas - 1
14 *Commodities* agrícolas - 2
16 Inflação de alimentos
18 Laranja
20 Brasil e UE
21 África
22 Açúcar
23 Competitividade
25 Economia

Agroenergia

26 Biocombustíveis

Sustentabilidade

27 Desmatamento na Amazônia

Gestão

28 Seguro Rural

Especial OCB

30 Crédito Rural

Especial ANDEF

32 Produção de alimento

Especial BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

33 Agronegócios *On-Line*

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Especial BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS



33 Agronegócios *On-Line*

Mercado & Negócios



18 Laranja

Especial OCB



30 Crédito Rural



Joaquim da Silva Ferreira, presidente do Conselho de Administração da Bolsa Brasileira de Mercadorias
Ivan Wedekin, diretor-geral da Bolsa Brasileira de Mercadorias

A Bolsa do agronegócio

Da redação

Em 2010, a Bolsa Brasileira de Mercadorias movimentou R\$ 800 milhões com os leilões da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “Passaram por aqui cerca de oito milhões de toneladas da política agrícola do governo”, diz Ivan Wedekin, diretor-geral da Bolsa.

Para ele, o agronegócio é o DNA da Bolsa. Na comercialização de produtos no mercado físico, o volume negociado em 2010 foi de R\$ 6 milhões. “É um valor irrisório quando comparado ao total da produção agropecuária brasileira, o que mostra que temos muito trabalho pela frente”, diz Wedekin.

Ele cita como exemplo o algodão, com o qual a Bolsa tem uma forte tradição. Cerca de 70% dos negócios de algodão passam pela Bolsa, e a ideia é cadastrar os 30% restantes. “Vamos oferecer ao mercado um censo *on-line* de 100% da comercialização do algodão do Brasil. É um instrumento importante para a tomada de decisão de todos os agentes da cadeia”, diz.

O objetivo da Bolsa, segundo ele, é entender esta inteligência a outros mercados. Em entrevista à *Agroanalysis*, o diretor-geral da Bolsa e Joaquim da Silva Ferreira, presidente do Conselho de Administração, fizeram o balanço de 2010 e anunciam os novos projetos.

AGROANALYSIS Qual é a origem da Bolsa Brasileira de Mercadorias?

JOAQUIM DA SILVA FERREIRA A Bolsa é uma associação civil, sem fins lucrativos, que nasceu da fusão das bolsas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Ceará, de Goiás e a de Uberlândia. Todas elas se uniram em 2002 com a BM&F, a Bolsa de Mercadorias e Futuros, com o objetivo

de buscar uma integração entre as bolsas de físicos e a de futuros.

IVAN WEDEKIN O objetivo da Bolsa é organizar a comercialização do mercado físico de produtos agropecuários. Com o casamento com a BM&F, buscamos utilizar a melhor organização do mercado físico para auxiliar a expansão do mercado futuro. Hoje, a Bolsa Brasileira de Mercadorias é o maior braço operacional do governo federal na implementação da política agrícola, por meio das operações da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab. Cerca de 50% do total que o governo destina para apoiar a renda do produtor são feitos por meio da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

AGROANALYSIS Qual é a participação da Bolsa na comercialização de produtos agrícolas?

WEDEKIN No geral, esta comercialização física ainda corre pelos canais tradicionais, mas a tendência é tornar-se eletrônica. Nos bens de varejo, as compras pela internet hoje são relevantes. Uma atividade muito importante da Bolsa é o Registro de Negócios de Balcão. Trata-se de uma longa tradição da Bolsa, que vem desde 1918, quando foi constituída a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que posteriormente, em 1991, foi absorvida pela BM&F. Hoje, cerca de 70% da comercialização de algodão no mercado físico brasileiro são intermediados pela Bolsa. Os contratos são registrados no mercado de balcão da Bolsa e passam a ter acesso ao juiz arbitral.

FERREIRA Recentemente, nós lançamos o sistema de venda e compra eletrônica de gado bovino. Este sistema foi criado

para atender à demanda dos produtores rurais e dos frigoríficos. Os pecuaristas passaram a ter mais segurança na comercialização, assim como os frigoríficos têm garantia de receber os animais.

AGROANALYSIS As operações da Bolsa podem contribuir para a organização das cadeias produtivas e impedir as fortes oscilações dos preços agrícolas?

FERREIRA A Bolsa não tem a preocupação de regular os preços. Quando ocorrem os leilões, a oferta e demanda é que ditam os preços. A função da Bolsa é comercializar, registrar e fazer os leilões com a maior transparência possível.

WEDEKIN Na Bolsa, as negociações são feitas de luz acesa, com total transparência e segurança. Tudo o que é transacionado na Bolsa está definido no estatuto, em regulamentos e em normas operacionais. Não há jeitinho brasileiro, não há improvisação. Também temos a possibilidade de liquidação financeira. Ela ocorre numa conta especial de liquidação da Bolsa junto ao Banco BM&FBovespa. Isso dá segurança à operação. Por exemplo, as operações de compra de bois por frigoríficos que ocorrem na Bolsa podem ser financiadas pelo Banco do Brasil. O vendedor do boi, ao ter uma liquidação na Bolsa, conta com a segurança do Banco do Brasil e da BM&FBovespa. O risco é infinitamente pequeno, porque você está amparado por duas instituições extremamente sólidas.

AGROANALYSIS Como o produtor pode operar com a Bolsa?

WEDEKIN O primeiro passo é ele acompanhar as decisões de política agrícola do

governo, que têm todo um conjunto de normas. Por exemplo, a Conab publica um edital de que vai fazer uma operação de milho na próxima semana. A partir desta divulgação, a rede da Bolsa e as centrais regionais de operação colocam esta informação no ar, espalham para os corretores, que vão avisar os agricultores. Para acessar este benefício do governo, o produtor tem de utilizar o serviço de uma das oito centrais da Bolsa. O corretor funciona como um representante do agricultor para entrar no sistema eletrônico da Conab e disputar o direito de receber o subsídio do governo. Essa é a mecânica do negócio.

FERREIRA Todo o nosso sistema privilegia as corretoras associadas. Todos os produtos que nós lançamos são feitos através do braço comercial da Bolsa, que são as corretoras.

AGROANALYSIS Os negócios da Bolsa cresceram em 2010?

WEDEKIN As operações vêm crescendo em função da retomada do orçamento da política agrícola a partir de 2004. Até então, o orçamento do governo para o apoio à produção era muito pequeno. Com a expansão da agricultura brasileira, no governo Lula, foi possível fazer esta recomposição do orçamento. Também houve uma maior produtividade no uso dos recursos públicos com os novos instrumentos de apoio à comercialização. Tradicionalmente, você tinha o AGF, por meio do qual o governo entrava comprando no mercado. Mas era uma operação muito cara. Instrumentos como o Prope e o PEP foram desenvolvidos para ter um custo menor para o orçamento público e atingir o maior número possível de beneficiários. Os agricultores hoje estão sintonizados com estes instrumentos, o que tem favorecido a expansão do mercado de opções no segmento de derivativos da BM&FBovespa.

AGROANALYSIS Qual foi o balanço da Bolsa no ano passado?

WEDEKIN Com a comercialização da Conab, a Bolsa movimentou R\$ 800 milhões



Joaquim da Silva Ferreira

“O sistema de venda e compra eletrônica de gado bovino dá mais segurança à comercialização, favorecendo pecuaristas e frigoríficos”

no ano passado. Passaram por aqui cerca de oito milhões de toneladas da política agrícola da Conab. Na comercialização de produtos no mercado físico, o volume negociado na Bolsa em 2010 foi de R\$ 6 milhões. Este valor é muito pequeno em relação ao total da produção agropecuária brasileira. Isso mostra que a Bolsa está no primeiro degrau da criação dessas plataformas eletrônicas. Há ainda muito desconhecimento do produtor. Além disso, o mercado utiliza os canais tradicionais de comercialização, que é a rede de compradores das empresas. Nosso desafio para ganhar competitividade é reduzir o custo da transação. Na área de licitação, que envolve desde alfinete a ambulância, a Bolsa movimentou R\$ 200 milhões em 2010.

AGROANALYSIS Como as cooperativas agropecuárias podem utilizar a Bolsa Brasileira de Mercadorias?

WEDEKIN A Bolsa tem grande interesse em ter as cooperativas como parceiras. A cooperativa é uma das maiores originadoras de matéria-prima agrícola do Brasil. Ela tem um relacionamento muito forte com os agricultores, recebe os produtos, armazena. As cooperativas podem utilizar as nossas plataformas eletrônicas para espalhar as suas ofertas de vendas de soja, de milho e outros produtos. O canal da Bolsa pode ser um canal complementar à sua equipe comercial.

AGROANALYSIS O feijão também é negociado na Bolsa?



“Na Bolsa, as negociações são feitas de luz acesa, com total transparência e segurança”

WEDEKIN No ano passado, iniciamos a negociação eletrônica de feijão. Para comprar o feijão, é preciso ver antes uma amostra. A Bolsa introduziu um aparelho, o colorímetro, que mede e dá uma nota à cor do feijão. Nós fotografamos o lote e colocamos na internet.

AGROANALYSIS Quais são os principais projetos para este ano?

FERREIRA Fizemos uma mudança estatutária recentemente para dar uma conotação mais moderna aos estatutos da Bolsa e buscar mais flexibilidade. Estamos avaliando novos produtos e plataformas e esperamos dar uma forte alavancada este ano.

WEDEKIN Neste primeiro trimestre do ano, a Bolsa vai lançar o IAgro, que é um banco de dados que tem o objetivo de re-

gistrar o comprometimento de produtores rurais e cooperativas com as empresas do agronegócio. Isso foi uma demanda da indústria de defensivos agrícolas. As empresas vão registrar todos os negócios que elas fazem com cada CPF e CNPJ. Esse sistema é uma ferramenta adicional para o gerenciamento do risco de crédito. O projeto do Sistema de Registro de Informações do Agronegócio, IAgro, está dentro de uma Medida Provisória lançada pelo então presidente Lula no dia 30 de dezembro de 2010 que trata do Cadastro Positivo.

AGROANALYSIS A Bolsa tem hoje uma forte participação no mercado brasileiro de algodão.

WEDEKIN Do ponto de vista da informação, o mercado de algodão é o mais es-

truturado do Brasil. Tem uma longa tradição de registros dos negócios na Bolsa. Cerca de 70% dos negócios de algodão passam pela Bolsa. E a pedido da Câmara Setorial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das associações de produtores e da indústria têxtil, nós criamos outro sistema para cadastrar os 30% de negócios diretos que não são intermediados pelos corretores. Vamos oferecer ao mercado um censo on-line de 100% da comercialização de algodão do Brasil, seja para o mercado interno ou para a exportação. É um instrumento muito rico para a tomada de decisão de produtores, exportadores, comerciantes, da indústria têxtil e do próprio governo. Essa inteligência pode ser aplicada a outros mercados.

AGROANALYSIS Há sinergia entre a BM&FBovespa e a Bolsa?

WEDEKIN Todos os computadores e sistemas da Bolsa são depositados ao lado dos computadores da BM&FBovespa. O gerenciamento dos programas e o desenvolvimento de tecnologia de informação são realizados por uma equipe externa contratada pela Bolsa, com a supervisão da BM&FBovespa. Todos os serviços financeiros, de pagamentos, recebimentos e contabilidade também são prestados pela BM&FBovespa à Bolsa, como forma de reduzir custos.

AGROANALYSIS É difícil operar na Bolsa?

WEDEKIN É muito simples. Basta o produtor ter um computador e acesso à internet. Tudo o que nós estamos desenvolvendo são plataformas baseadas na internet, portanto de uma forma amigável. A porta de entrada à Bolsa é a corretora. Ela é que vai dar todo o suporte ao produtor para preparar o edital e colocar o produto em leilão. Uma vez que a oferta entra na telinha, o mundo inteiro passa a ter acesso. Isso dá a possibilidade ao produtor de ter mais gente na sala para comprar. Em sua região, o agricultor tem apenas meia dúzia de interessados. ■

Macroeconomia

Questões fiscais

Rogério Mori*

UM DOS grandes desafios do novo governo remonta à reconstrução de uma política fiscal que promova uma reversão do quadro de piora das contas públicas verificado nos últimos anos.

De fato, a trajetória dos resultados fiscais no governo Lula revela uma diminuição progressiva do esforço fiscal na geração de resultados primários. Esse fenômeno é uma clara decorrência de aumentos graduais do lado das despesas ante os crescimentos mais moderados do lado da arrecadação ao longo dos últimos anos.

Essa situação, particularmente, se agravou a partir de 2009, quando o superávit primário do setor público despencou de 3,42% do PIB no ano anterior para apenas 2,24% do PIB naquele ano. Esse efeito foi uma clara decorrência dos esforços do governo para combater os efeitos mais perversos da crise, com a prática de uma política fiscal expansionista para estimular a demanda agregada, conjugado à queda da arrecadação por conta de isenções fiscais e menor ritmo da atividade econômica.

Ainda assim, mesmo passando os efeitos mais graves sobre a economia brasileira oriundos da crise financeira internacional, os resultados fiscais continuaram fracos. Em 2010, mesmo com o crescimento de mais de 7% do PIB brasileiro, o que proporcionou uma arrecadação fiscal considerável, e com o fim das isenções tributárias, o superávit primário do setor público acumulado até novembro do ano passado era de apenas 2,74%, significativamente inferior ao patamar verificado nos anos pré-crise.

O novo governo enfrenta um claro desafio nesse sentido, ou seja, reverter a trajetória

fiscal, forçando um novo ajuste das contas públicas. O grande desafio, nesse contexto, seria promover esse ajuste sem uma nova elevação da carga tributária brasileira.

De fato, desde 1998, o ajuste fiscal brasileiro foi centrado na elevação da carga tributária, focado nos aumentos das contribuições. Essa prática, iniciada no segundo mandato do presidente Fernando Henrique, foi mantida pelo governo Lula, e a carga tributária brasileira atingiu níveis recordes por sucessivos anos. Nesse sentido, a necessidade de um novo ajuste impõe um desafio considerável ao novo governo, ou seja, romper com essa prática.

Isso significa que uma melhoria nas contas públicas do lado do resultado primário passaria, necessariamente, por um esforço de contenção da expansão dos gastos públicos. Tal fenômeno representaria uma mudança considerável no contexto da condução da política fiscal brasileira e teria efeitos extremamente positivos do lado da percepção dos riscos associados à sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. A equipe econômica do novo governo tem dado mostras de tentar orientar a política fiscal nesse sentido.

Também é importante ressaltar que um ajuste fiscal dessa natureza traria efeitos extremamente benéficos para a condução da política monetária brasileira. Neste momento, as pressões inflacionárias mostram-se consideráveis, e os riscos de desvios da inflação em relação à meta estabelecida é uma realidade concreta. Em face desses elementos, o Banco Central terá de promover apertos monetários nos primeiros meses de 2011 como forma de tentar conter as pressões inflacionárias.



Sob essa perspectiva, um ajuste fiscal baseado na contenção de gastos públicos diminuiria as pressões do lado da demanda agregada e, com isso, o ajuste do lado monetário teria de ser menos intenso (em outras palavras, a alta da taxa de juros teria de ser menor, com custos menores para o setor privado). Adicionalmente, uma alta menos intensa da taxa de juros exerceria uma atração menor de recursos externos para o Brasil, o que pressionaria menos a cotação do dólar para baixo.

Esse cenário, no entanto, se contrapõe a questões que se desdobram para o novo governo. Não há a perspectiva de cortes de gastos do lado social, e, ao mesmo tempo, existem pressões crescentes para a ampliação de investimentos, em particular ligados à infraestrutura. Esse é um desafio que o novo governo terá de lidar no âmbito da condução da política fiscal. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP)

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

EFEITO DOMINÓ

A alta dos preços agrícolas estimula o plantio e, por tabela, aumenta a demanda por fertilizantes. O resultado é a elevação dos custos de produção, que, por sua vez, pressionam os preços dos alimentos. No final, quem vai pagar o pato, isto é, a conta, é o consumidor.

COMIDA CARA

Em 2010, os preços dos alimentos puxaram a inflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 5,91%, maior resultado desde 2004. O grupo alimentação teve alta de 10,39%, bem superior à apurada em 2009 (3,18%).

CUSTO DA ALIMENTAÇÃO

Também o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que registrou alta de 6,45% no ano passado, foi pressionado pelo custo da alimentação. O IPC, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), constatou aumento de 12,2% no grupo alimentação em 2010, com destaque para a carne bovina, que subiu 34,4%.

SINAL DE ALERTA

Para os técnicos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), os problemas climáticos em várias partes do mundo devem contribuir para elevar ainda mais os preços agrícolas este ano.

SAFRA AMERICANA 90,5 milhões de t

é a estimativa do Usda para a safra de soja 2010/2011.



TÚNEL DO TEMPO

Ponto morto

"Com retração de 38,8% em 2005 em relação a 2004, as vendas internas de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) somaram 23,2 mil unidades"

AGROANALYSIS, fevereiro de 2006

Pé na tábua

Os produtores rurais voltaram a investir na renovação de suas frotas agrícolas, animados pela elevação dos preços agrícolas e pelas taxas de juros atrativas da linha Fina me-PSI. Como resultado, as vendas de máquinas agrícolas – tratores e colheitadeiras – somaram 68,5 mil unidades, o melhor resultado desde 1976.

RECEITA SUÍNA

O volume das exportações brasileiras de carne suína em 2010 caiu 11%, encerrando o ano em 540,4 mil toneladas. Já a receita cresceu 9,32%, saltando para US\$ 1,34 bilhão. Os dados foram divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs).

MERCADO FIRME

A valorização do real, segundo a Abipecs, reduziu a competitividade do produtor brasileiro ante seus concorrentes (EUA e países da UE). Para 2011, Pedro Camargo Neto, presidente da Abipecs, prevê preços firmes no mercado interno e a exportação de 600 mil toneladas de carne suína.

ETANOL NA OMC?

Após decisão do governo norte-americano de manter os incentivos a produtores de etanol de milho e a tarifa sobre etanol importado, ainda não está claro se a ameaça da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) de levar o caso para a Organização Mundial do Comércio (OMC) será cumprida. A entidade ainda busca um diálogo que permita a redução da tarifa de importação dos atuais US\$ 0,54 por galão para US\$ 0,45 de forma a compensar o crédito dado aos *blenders* americanos para misturar o etanol à gasolina. Pelo lado do Itamaraty, apesar de o então ministro Amorim se mostrar a favor da disputa na OMC, alguns setores questionam os impactos que a extinção da tarifa poderia ter sobre os preços do etanol no mercado brasileiro. Quanto às chances de êxito brasileiro na hipótese de o caso chegar a OMC, os últimos resultados foram favoráveis ao País, tanto nos subsídios ao açúcar pela União Europeia como ao algodão pelos EUA. Em recente visita ao Brasil, o senador republicano John McCain declarou acreditar que a OMC julgaria ilegais os mecanismos protecionistas do governo dos EUA.

MILHO EM ALTA

Na avaliação dos técnicos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), 2011 será um ano rentável para os produtores de milho. Oferta menor e demanda elevada devem reduzir os estoques do cereal e manter os preços em alta.

SAFRINHA RECORDE

Apesar da estimativa de redução de 10% na área cultivada, a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) espera uma safrinha de milho recorde no Estado. A aposta é de nove milhões de toneladas.

POUCA MANDIOCA

Os bons preços alcançados pelos produtores em 2010 de vem incentivar o aumento da área plantada de mandioca, segundo levantamento do Cepea. A tendência é de oferta reduzida no primeiro semestre deste ano.

LARANJA MADURA

Na avaliação do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), os preços da laranja devem continuar firmes até abril, apesar do crescimento da safra de São Paulo este ano. É que a colheita mais tardia vai restringir a oferta nos primeiros meses deste ano. Além disso, os estoques da indústria estão baixos.

PLANTIO DIRETO

A meta do governo é aumentar em oito milhões de hectares até 2020 a área que utiliza plantio direto no País. Passaria dos atuais 25 milhões de hectares para 33 milhões de hectares. Pelos cálculos dos pesquisadores, esse acréscimo vai permitir a redução da emissão de 16 a 20 milhões de toneladas de gás carbônico. O programa ABC vai investir R\$ 2 bilhões para incentivar práticas que combinam aumento da produção e proteção ao meio ambiente.

SECA ARGENTINA

O fenômeno climático *La Niña*, que está provocando estiagem em algumas regiões produtoras da Argentina, pode provocar uma queda de até 16% na safra de soja. A estimativa inicial do Ministério da Agricultura da Argentina era colher 52 milhões de toneladas nesta safra, três milhões a menos do que na temporada anterior. Mas a queda na produção deve ser ainda maior.

NOVO GIGANTE DA LARANJA

Nos próximos anos, a China pretende tornar um importante *player* do mercado internacional de laranja. O movimento do gigante asiático já preocupa os produtores da Flórida, que encomendaram estudo para entender o potencial chinês nesta área. Segundo autoridades chinesas, o investimento no setor cítrico é mais uma estratégia para desenvolver regiões pobres e evitar a migração para as zonas industriais. Se serve de consolo para os brasileiros, o suco de laranja não é o principal foco dos chineses, que preferem consumir a fruta fresca. Contudo, produtores norte-americanos já se preocupam com a possibilidade de a China repetir o feito do mercado de maçãs, no qual, em menos de cinco anos, o país se tornou o principal exportador mundial.

TAMANHO DA SAFRA

A Consultoria Celeres prevê uma produção de 68,1 milhões de toneladas para a safra de soja 2010/2011, 400 mil toneladas a menos do que estima a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que aposta em 68,5 milhões de toneladas. A projeção da Oil World é de 67,5 milhões de toneladas.

PARA A CHINA

Nos últimos dez anos, as exportações de soja em grão de Mato Grosso cresceram 293% (de 2,9 milhões de toneladas para 8,5 milhões). Na safra passada, a maior parte da soja embarcada pelo Estado foi para a China (63% do total).

SUPERPRECOCE

A Embrapa vai lançar em dois anos uma variedade superprecoce de soja, adaptada às condições dos cerrados. Ela tem ciclo 30% menor que o das variedades atuais, entre 90 a 100 dias. Uma das vantagens é permitir ao agricultor colher a soja no fim de janeiro.

LEITE FRIO

A cada quilo de leite em pó importado, a indústria deixa de comprar dez litros de leite dos produtores brasileiros. O cálculo é do Fórum Permanente da Cadeia Láctea da Região Sul, que reclama do aumento das importações de leite e derivados pelo País, principalmente do Uruguai e da Argentina.

NOTA DE FALECIMENTO

Faleceu no primeiro dia de janeiro de 2011 o engenheiro agrônomo Victor André de Argollo Ferrão Neto, um homem que escreveu boa parte da história moderna da agricultura paulista. Líder nato, foi presidente do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz quando estudante na Esalq-USP, onde se formou em 1964. Especializado em planejamento rural, foi assessor técnico do secretário de Agricultura e depois vice-governador de São Paulo Antonio José Rodrigues Filho. Nesse período, montou a estratégia para a renovação da cultura de café no Estado de São Paulo, bem como um programa estadual de reflorestamento, e ambos foram modelos para programas federais semelhantes. Como coordenador da Cati, na gestão do secretário Guilherme Afif Domingos, modernizou a instituição e valorizou seus técnicos. Foi o secretário-executivo do GT, presidido por Roberto Rodrigues na Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), que fundou várias cooperativas de crédito rural no Estado, dando base para a Central de Crédito Rural e o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob). Foi chefe da Assessoria Técnica do secretário de Agricultura Roberto Rodrigues, tendo contribuído com a melhoria dos serviços da Secretaria. Sempre atual, Victor fará muita falta no cenário agrônomo paulista e brasileiro.

“As significativas altas nos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional melhoram as perspectivas para a safra 2010/2011. Tudo indica que 2011 será um ano de vacas gordas”

FERNANDO HOMEM DE MELO, economista e professor da Universidade de São Paulo

“Toda carne suína que deixamos de exportar em 2010 vendemos com vantagem no mercado interno”

JURANDI MACHADO, diretor da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs)

“A receita com as exportações de carne bovina em 2011 deve ficar entre US\$ 5,3 bilhões e US\$ 5,5 bilhões”

ANTONIO CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

“A safra de trigo é uma das melhores do Brasil tanto em termos de quantidade como em qualidade

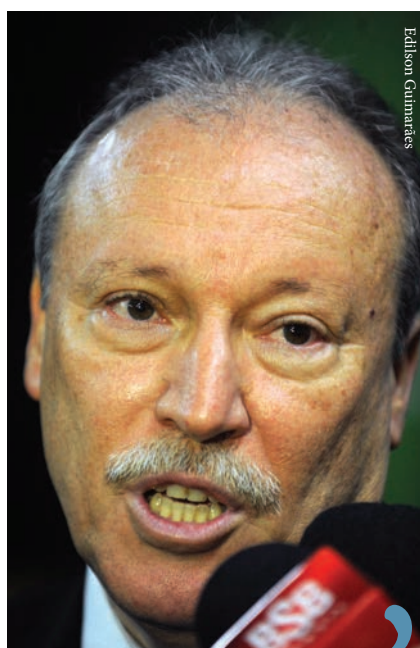
EDILSON GUIMARÃES, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

“O melhor governo é aquele em que há o menor número de homens inúteis”

VOLTAIRE

“As grandes oportunidades para o agronegócio brasileiro decorrem de três fatores: entrada no mercado de consumo de alimentos de centenas de milhões de pessoas na Ásia, aumento da demanda por biocombustíveis e crescente demanda por parte da indústria química”

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS, economista



“Um grupo privilegiado do Ministério do Meio Ambiente produz leis dentro dos seus gabinetes que fazem com que o agricultor durma com dez hectares e amanheça com oito”

DEPUTADO MOACIR MICHELETTI (PMDB-PR), presidente da Comissão Especial para Reforma do Código Florestal

“Como a agricultura não é formadora de preços, mas, sim, tomadora de preços, cabe ao serviço público atuar de forma eficiente para que o produtor não perca renda”

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

Commodities agrícolas - 1

Novas altas em 2011

APESAR DE apresentar dois comportamentos diferentes ao longo do ano, as negociações com as *commodities* agropecuárias atingiram valores inéditos em 2010 no Brasil. Fazem parte desse conjunto açúcar, algodão, café e boi. Nos primeiros seis meses do ano, as cotações internacionais ficaram em patamares superiores aos da média histórica, embora, no mercado interno, o milho, a soja e o boi estivessem relativamente estabilizados. A arrancada aconteceu para valer no segundo semestre.

Os grandes investidores e operadores ficaram satisfeitos com os lucros apurados nas *commodities* agrícolas, que terminaram 2010 com elevação de preços acima de 90% no algodão, 50% no café e milho, 45% no trigo e 35% na soja nas bolsas mundiais. Este movimento quebra um longo ciclo de baixa nos preços que vem desde os anos oitenta.

Diversos elementos podem ser apontados como causadores da conjuntura altista. Dentre os principais deles, sem dúvida, destacam-se as estiagens no Leste Europeu, que castigaram a tricultura na metade do ano. Como o consumo prevaleceu aquecido, mesmo com as boas safras nos Estados Unidos e na América do Sul, o desequilíbrio no balanço de oferta e demanda do trigo puxou a soja e o milho. Paralelamente, os fundos de investimentos passaram a operar com mais força. Quando isso ocorreu, muitos produtores brasileiros já haviam comercializado as suas colheitas, porém, no câmpo geral, os seus resultados ficaram acima dos apurados em 2009.

Assim, os agentes de mercado começaram 2011 com uma boa dose de otimismo. O fenômeno *La Niña* traz incertezas para a produção da América do Sul, tendo a Argentina já reajustado para menos a sua produção prevista inicialmente. Por sua vez, a China prossegue na sua postura de robusta com-

pradora de soja, enquanto um terço da produção norte-americana de milho vai para a fabricação de etanol. Sem os sinais de crise, como aqueles verificados em 2008 e não totalmente superados em 2009, o mercado tende a atrair investidores e especuladores, com aquecimento natural nos negócios.

A sensação de cotações aquecidas nas *commodities* agrícolas deixa os

agricultores brasileiros alvoroçados. É a melhor perspectiva desde o plantio da safra 2003/04. Como a agricultura é muito sensível e dá pronta resposta diante do aceno de preços remuneradores, o ciclo de alta pode esfriar no segundo semestre. O grande termômetro será o comportamento da próxima safra americana. ■

Alerta da FAO e inflação

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação chama a atenção das lideranças mundiais a respeito dos altos níveis de preços registrados pelos alimentos no âmbito mundial. A agroinflação é apontada como fenômeno global e perigosa fonte de instabilidade. Não se descartam crises sociais similares às ocorridas em 2008 com a *tortilla* no México e a *pasta strike* na Itália.

Em muitos países asiáticos, inclusive na Índia, os preços dos alimentos chegam na casa de dois dígitos. É um incremento preocupante. A temeridade é que esse choque de preços contamine de maneira mais ampla as outras atividades e provoque desequilíbrio econômico e social. Grande massa populacional do continente asiático vive em situação de extrema pobreza.

Ainda que diante de um quadro bem mais ameno e sem grau de comparação, é interessante olhar a posição brasileira. Embora seja um dos grandes celeiros mundiais, os preços dos alimentos puxaram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para cima: eles subiram 10,39%, o triplo da variação do grupo em 2009, de 3,18%. Somente a carne, que no ano aumentou 29,54%, contribuiu para o IPCA com 0,64 ponto percentual. O feijão carioca (mulatinho) registrou alta de mais de 60%. Outros produtos comuns na mesa dos brasileiros, como farinha de mandioca, leite, açúcar e frango, registraram altas de mais de 14%.

Com isso, o indicador oficial da inflação fechou 2010 em 5,91%, praticamente idêntico ao de 2008 (5,90%). Superior ao centro da meta do governo, de 4,5%, este é o maior percentual desde 2004. Mesmo assim, 2010 terminou como o sétimo ano seguido em que o IPCA fica dentro da meta, considerando o intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

FAO: Evolução no índice de preços nas *commodities* agrícolas

Ano	Alimentos	Carne	Leite	Cereais	Óleos	Açúcar
2000	89,5	93,9	95,4	84,5	67,8	116,1
2001	92,3	107,1	107,1	86,2	67,6	92,3
2002	90,2	82,2	82,2	94,6	87,0	90,2
2003	98,3	95,1	95,1	98,1	100,8	98,3
2004	11,5	122,6	122,6	107,4	112,2	111,5
2005	114,7	135,4	135,4	103,4	103,6	114,7
2006	122,4	128,0	128,0	121,5	112,0	122,4
2007	154,1	212,4	212,4	166,8	169,1	154,1
2008	190,9	219,6	219,6	237,9	225,4	190,9
2009	151,5	141,6	141,6	173,7	150,0	151,5
2010	179,1	200,4	200,4	182,6	193,0	179,1

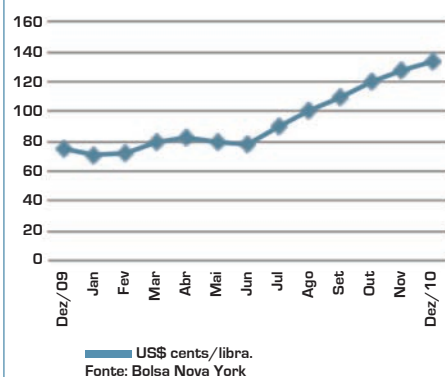
Commodities agrícolas - 2

Painel do mercado

O BALANÇO de prós e contras sugere firmeza nos preços das commodities agrícolas para o primeiro semestre. O tamanho das colheitas da América do Sul nos próximos meses ditará o grau de turbulência com que a safra 2011/12 será plantada nos Estados Unidos. **Agroanalysis** apresenta de forma sucinta as principais variáveis em jogo em algumas commodities importantes, tanto do ponto de vista nacional quanto internacional.

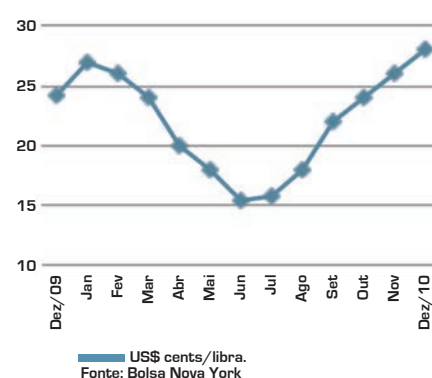
Algodão

A subida dos preços bate níveis históricos de mais de 140 anos. As colheitas inferiores ao previsto no Paquistão, na China e no Texas, somado com o maior consumo nos países em desenvolvimento, alimentam de forma desenfreada as especulações. Com quase dois terços da produção já comercializados, ainda dentro de uma boa margem de segurança, a área ocupada pela cotonicultura é o grande destaque da safra 2010/11, com dimensão próxima à do início dos anos noventa.



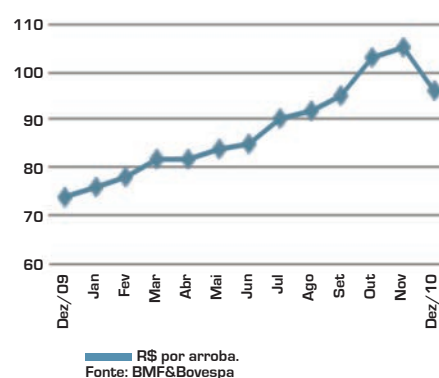
Açúcar

Entre as temporadas 2007/08 e 2009/10, houve redução significativa nos estoques mundiais para compensar o déficit de produção na Índia, maior consumidor de açúcar do mundo. A sua fabricação anual caiu de 30 milhões de toneladas por ano para 14 milhões. Os estoques podem se recuperar nesta safra, mas a demanda segue forte, e a oferta dependerá do clima. No começo e fim de 2010, o produto teve as suas cotações entre as mais altas no mercado internacional em 30 anos. A incerteza não acabou.



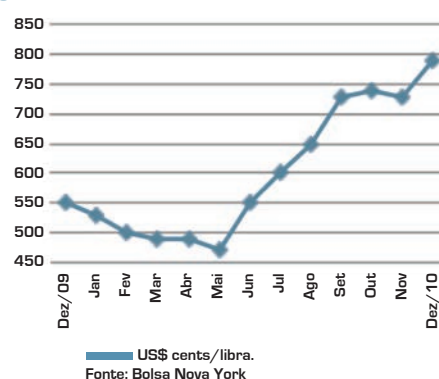
Boi Gordo

A projeção de salto nos preços já vinha sendo cantada em prosa e verso. O difícil estava em acertar o momento dessa trajetória. O excessivo abate de matrizes ocorrido durante 2003 a 2007, face aos baixos preços pagos aos pecuaristas, uma hora comprometeria a oferta de animais para tal. Além disso, veio a crise de 2008 e o período duro de ajuste de 2009, com muitos frigoríficos em processo de recuperação judicial. O mercado passou a ressentir-se da falta de matéria-prima, e os seus preços atingiram picos inéditos.



Trigo

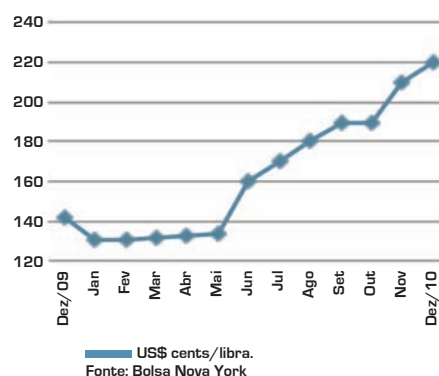
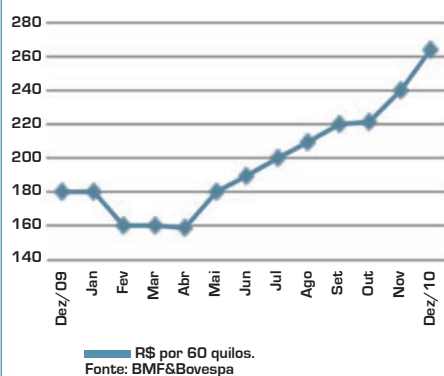
A triticultura é apontada como a principal responsável pelo rally de alta nos preços das commodities agrícolas, após sofrer grandes quebras na colheita do Leste Europeu. O evento foi considerado como a pior estiagem em 150 anos. O seu estoque de passagem é aquele que mostra maior baixa entre os produtos agrícolas para a safra 2011/12, cujo balanço de oferta e demanda está bem apertado para o curto prazo. Isso leva por contagiar os produtos substitutos como o milho e a soja.





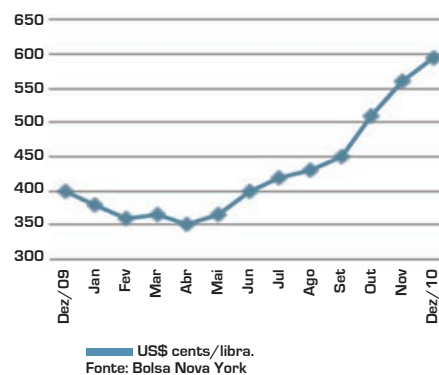
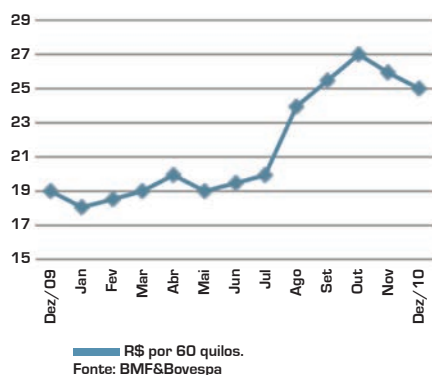
Café

As contínuas baixas na produção da Colômbia e a baixa qualidade dos grãos provocam alta na cotação mundial da rubiácea. Também colaboram nesse movimento a queda existente nos estoques, a desvalorização do dólar frente a outras moedas e a firmeza do consumo. A procura por café brasileiro de qualidade continua aquecida. Por sua vez, a safra nacional, que foi recorde no ano passado, será menor nesta temporada, pelo efeito da bianualidade da cultura. Há margens para especulações nos preços.



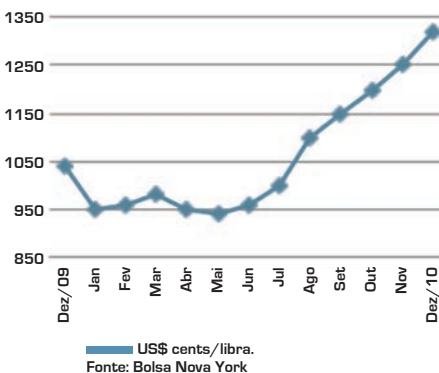
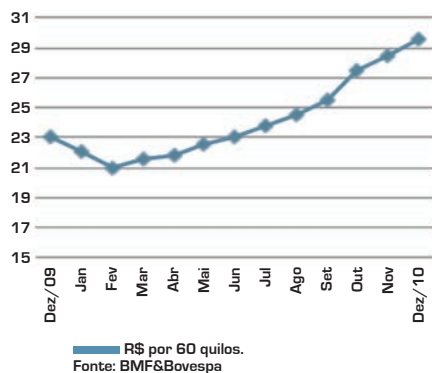
Milho

De 2000 a 2010, com o crescimento no consumo de 35 milhões de toneladas, a China deixou de ter excedentes do cereal. Os Estados Unidos, por sua vez, em poucos anos, praticamente triplicou o uso do milho para a fabricação de etanol, que passou para 110 milhões de toneladas. A prevalência dessa tendência apenas nesses dois países, a disponibilidade do produto ficará cada vez mais complicada, e os seus preços continuarão a sofrer pressão de alta. O Brasil aproveita dessa situação para escoar o seu excedente interno.



Soja

Com produção mundial recorde na safra 2010/11, a expectativa inicial era de normalidade e até recuo nas cotações. No entanto, como a voracidade das importações chinesas de grãos não para de superar as previsões mais audaciosas, o mercado assiste com certa dose de surpresa à evolução de alta dos preços. Para os agricultores da América do Sul, há a perspectiva de uma comercialização rentável da produção que será colhida neste primeiro semestre, apesar do recesso com a valorização do real diante do dólar.



Inflação de alimentos

Do Copom ao campo

Antonio Carlos Costa¹
 Fernando S. Macêdo²
 Anderson Santos²

O ANO de 2010 encerrou com uma inflação, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 5,91%, distante do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5%, para o período. Mesmo dentro do limite superior, de 6,5%, a característica da inflação, predominantemente de alimentos e, particularmente, de carne bovina, suscita incertezas para 2011 quanto à estratégia do Banco Central na condução da política monetária.

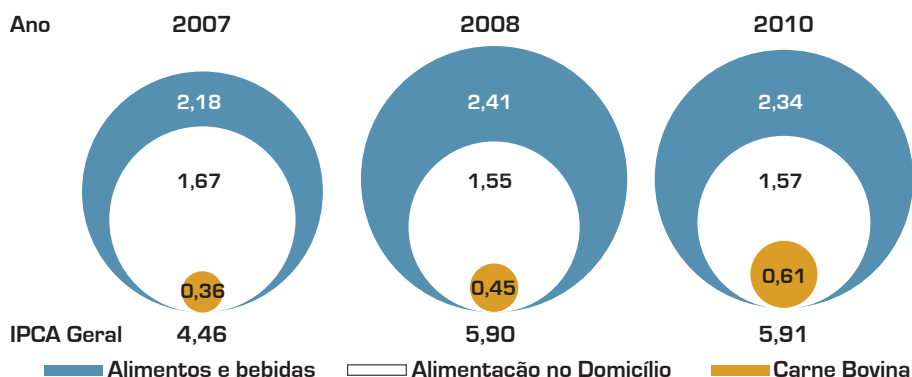
Neste cenário, o primeiro encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, em janeiro, foi cercado de expectativas: às voltas com as já conhecidas especulações sobre a autonomia do órgão na equação meta de inflação vs. taxa Selic, tão comuns em um novo governo, decidiu-se pelo aumento da taxa básica de juros, em 0,5%, elevando-a para 11,25% a.a.

A medida, ao mesmo tempo em que oferece fortes indícios da independência do órgão, dada a sua impopularidade em um início de gestão, levanta outra dúvida: será eficaz, uma vez que não atingirá diretamente no curto prazo o setor de alimentos, grande responsável pela inflação do ano?

Nesse sentido, teme-se que em 2011 o governo “pese a mão” no ajuste direcionado aos demais setores, mais sensíveis à elevação da taxa básica de juros, levando a um esfriamento da economia como um todo que, aí sim, impacte o setor de alimentos.

Olhando para o ano que passou, observa-se que, dos vários grupos de produtos que compõem o índice, despesas pessoais, habitação e saúde puxaram a inflação em 2010, mas foi o grupo “alimentos e bebi-

IPCA – Contribuição de Alimentos e Bebidas, Alimentação no Domicílio e Carne Bovina para a formação do Índice Geral, por período (em %)



das” aquele que apresentou a maior variação anual entre todos os demais, de 10,4%, registrando, assim, a maior contribuição para a formação do IPCA, com 39%.

Para agravar a situação, esse grupo é o que possui o maior peso, ou seja, o que mais influencia o índice, dada a sua importância nas despesas das famílias. Dividido em dois subgrupos, “alimentação fora do domicílio” e “alimentação no domicílio”, somente o segundo foi responsável por mais de um quarto da inflação total de 2010.

É justamente neste subgrupo que os aumentos de preços são explicados em grande parte pelas sazonalidades da atividade agropecuária ou pelas intempéries climáticas que atingem a produção.

Nesses casos, o mercado é rápido e eficiente para encontrar o seu ponto de equilíbrio, e o aumento da oferta é a consequência natural dos altos preços pagos ao produtor.

Entretanto, o que diferencia as inflações ocasionadas por alimentos nos anos de 2007, 2008 e 2010 das anteriores é a

soma de dois movimentos, que agora se apresentam muito fortes:

1) Expansão bastante consistente da demanda, reflexo do bom momento por que passa a economia dos países emergentes, de forma geral, e do Brasil, em especial. O aumento do poder de compra da população brasileira, com a elevação de 34% da massa salarial nos últimos cinco anos (considerando a média entre janeiro/2010), levou o Brasil a um consumo *per capita* de 37,3 kg/ha b/ano de carne bovina em 2010, muito próximo aos 38,5 kg/hab/ano observados nos EUA para o mesmo período, segundo o Usda.

2) Escassez mais estrutural da oferta, justamente em relação à carne bovina, produto que tão bem responde ao incremento da renda. Foi ela, nesses três anos, um importante destaque em termos de aumento de preços.

Se em 2007 e 2008 a restrição da oferta foi ocasionada preponderantemente pelo forte movimento de abate de fêmeas no Brasil, que durou de 2002 a 2006, reduzin-

do a oferta de bezerras, a partir desse ano, foi a vez de outros importantes produtores mundiais iniciarem o mesmo movimento, como os Estados Unidos, a Austrália e Argentina, com reflexos em 2010.

A consequência foi uma alta de 29,6% no ano apenas para esse produto, que representou, isoladamente, impressionantes 11% do IPCA.

No caso da Argentina, pesam ainda as seguidas medidas de restrição às exportações, a partir de 2006, com fins de controle inflacionário. Em um primeiro momento, atingiram o seu objetivo, ao aumentar a oferta do produto no mercado doméstico, mas tiveram como principal e esperado resultado o desestímulo à produção. O fato, somado à retração do consumo, resultante da crise econômica de 2008, levou o país a diminuir praticamente pela metade (-49%) o volume exportado do produto *in natura* em apenas quatro anos. O país, que em 2005 exportou 437 mil t, em 2008 embarcou 222 mil t, levando-o da 4ª para a 12ª posição no ranking dos principais exportadores mundiais do produto.

O Brasil, mesmo invertendo a curva do abate de matrizes a partir de 2007, não foi capaz de responder ao incremento da demanda.

Caso não haja em 2011 uma aprofundamento da crise econômica na UE, que possa levar a um colapso de grandes mercados consumidores, com consequente esfriamento na demanda e falta de liquidez no mercado internacional, os alimentos tendem a continuar pressionando os índices gerais de preços no ano, embora seja possível inferir que o preço da carne bovina possivelmente já tenha atingido o seu pico.

O aumento dos preços ao consumidor registrado ao fim de 2010 para a carne de frango pode ser um indício da substituição de parte do consumo de uma proteína pela outra.

O que se pode notar de forma geral para o setor de alimentos é que o agronegócio brasileiro tem sido, historicamente, capaz de dar respostas efetivas ao incremento do consumo, através de ganhos sucessivos de produtividade. Tanto que, em uma pers-

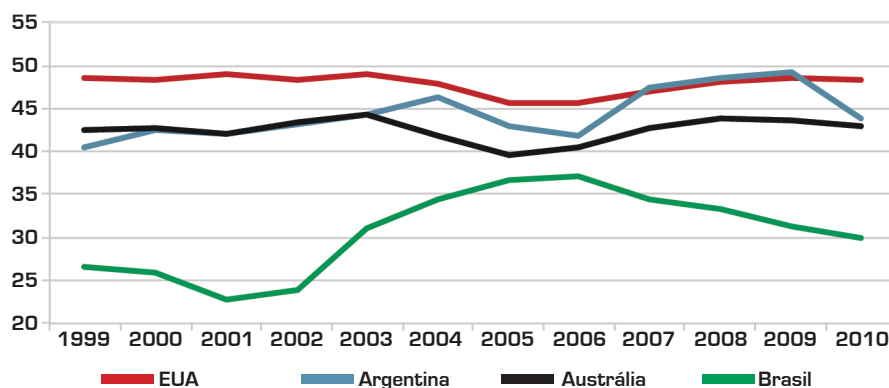
pectiva de longo prazo, observa-se que a variação acumulada dos preços de alimentos e bebidas coloca-se de forma consistente abaixo do IPCA geral. O que existe, em determinados momentos, é um descompasso no sensível equilíbrio produção/consumo, ocasionando pressões inflacionárias.

Para esse setor, mais do que as ações do Banco Central, é preciso aguardar que o mercado dê a sua resposta, como sempre fez, estimulado por um ambiente de forte incentivo aos ganhos de produtividade, com uma política agrícola horizontal que busque benefícios sistêmicos a todos os setores, além de investimentos em pesquisa e tecnologia no campo. Que assim seja. ■

1. Gerente do Departamento do Agronegócio da Fiesp
2. Analistas do Departamento do Agronegócio da Fiesp

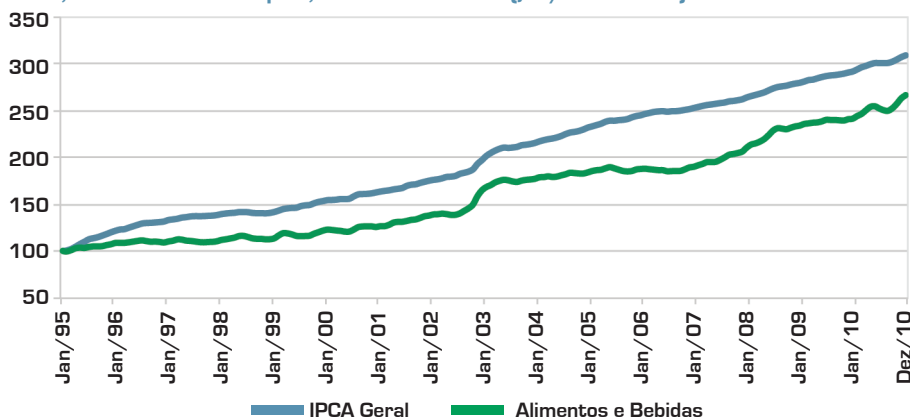


Abate de Bovinos: evolução do abate de matrizes nos países selecionados, de 1999 a 2010 (em % de fêmeas abatidas)



Fontes: Usda, ONCCA, ABS, IBGE / PPM e MB Agro
Elaboração: Fiesp-Deagro

Variação acumulada do preço ao consumidor (jan/95 = 100)



Fonte: IBGE/IPCA
Elaboração: Fiesp-Deagro

Laranja

Pensamento em cadeia

Gustavo Aguiar¹
Rafael Ribeiro¹
Alcides Torres²

NÃO SÃO de hoje as divergências entre produtores de laranja e representantes da indústria.

A concentração das extratoras de suco diminuiu a concorrência e gerou um impasse com relação aos preços para os produtores. Já em 2004, quatro empresas respondiam por mais de 90% do mercado de suco concentrado, sem contar que significativa parte da produção vem de pomares próprios.

Parte do conflito é gerada por informações desencontradas, especialmente com relação ao custo de produção. A indústria pressiona por preços menores, ao passo que os produtores individuais alegam custos de produção acima dos divulgados pela indústria.

Os custos

Os custos apregoados pela indústria dizem respeito aos custos operacionais, que levam em consideração o que foi gasto diretamente com a produção, tais como colheita, transporte, insumos, manejo e o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Na safra 2009/10, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou um custo operacional de R\$ 9,40 por caixa de 40,8kg. O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), através de estudos de casos, apontou para um custo operacional médio de R\$ 10,36 por caixa na mesma safra.

De acordo com a Scot Consultoria, o custo operacional da atividade em 2009/10 foi de R\$ 9,76 por caixa produzida. Já os números da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), apontam um custo operacional médio de R\$ 7,26 por caixa para os pomares das empresas associadas.

Um fato com que todos concordam é que o custo de produção cresceu nos últimos anos. Além de fatores externos como

o *greening* (doença causada por bactéria que reduz a produtividade dos pomares), a alta de preços dos insumos agrícolas acarretou em maiores gastos para a cultura.

O Índice Scot de custo de produção de citrúscos, que reflete a variação de preços dos componentes utilizados na atividade, subiu 150% nos últimos dez anos.

A alta foi puxada principalmente pelo aumento do preço dos insumos agrícolas, como os fertilizantes e defensivos agrícolas.

Fatores a serem considerados

Um dos fatores de divergência do custo de produção é justamente a variação dos índices produtivos entre as propriedades, em função do sistema e nível tecnológico adotados.

A Conab, por exemplo, estimou para 2009/10 uma produtividade média de 716 caixas de laranja por hectare, ao passo que, em propriedades mais tecnificadas de empresas associadas à CitrusBR, foi alcançada produtividade superior a 1,4 mil caixas por hectare.

Para o custo de produção divulgado pela associação, referente à safra passada, não foram informados os parâmetros técnicos utilizados nos cálculos.

A questão é que a situação dessas fazendas não reflete a realidade ou o perfil da média das propriedades produtoras de laranja no País.

Embora a busca por maior produtividade seja uma demanda do mercado, custos de produção baseados em perfis de altíssima produtividade não devem ser utilizados para a determinação da cotação da caixa de laranjas.

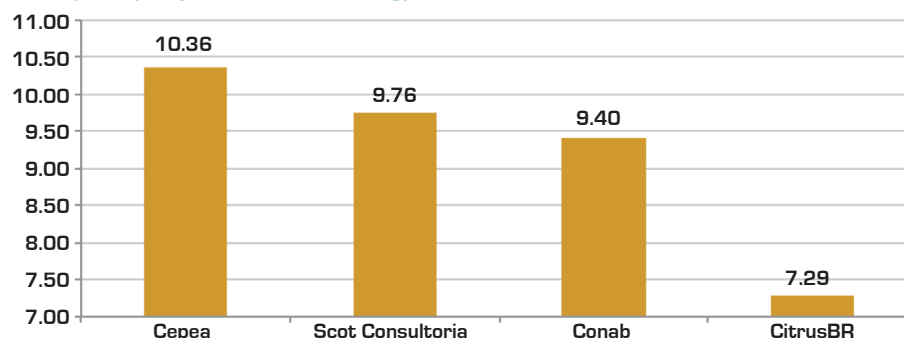
É preciso clareza e bom senso na utilização dos parâmetros técnicos para se chegar a um custo de produção próximo da realidade nacional e que permita entendimento por parte dos envolvidos na cadeia.

Outra questão é a própria metodologia utilizada no cálculo dos custos. Custos operacionais não bastam; a análise correta deveria envolver a depreciação.

Para os números da Conab, quando consideramos os custos operacionais totais, desconsiderando a remuneração sobre o capital fixo, o valor final obtido é de R\$ 11,71/caixa, valor 24,6% superior ao obtido quando se consideraram somente os custos operacionais.

O preço médio da caixa de laranja em 2010, em São Paulo, cujo valor foi de R\$

Custo operacional de produção de laranja na safra 2009/10 (R\$ por caixa de 40,8kg)



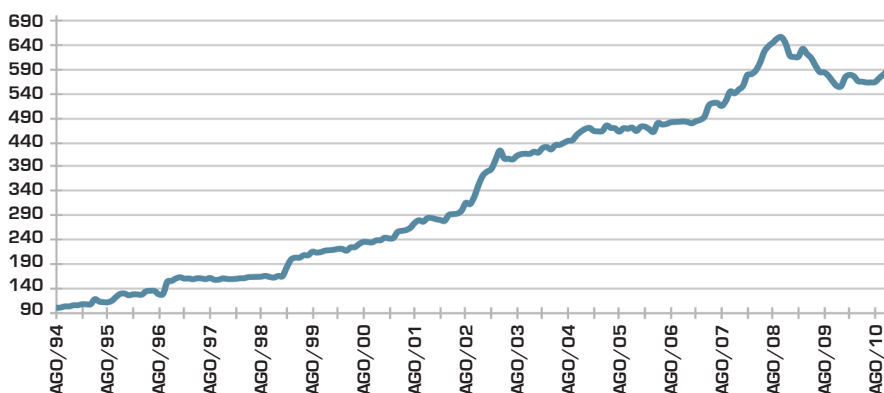
Fonte: Cepea / Conab / CitrusBR / Scot Consultoria



12,90, pode ser considerado bom em relação aos anos anteriores. De acordo com o Cepea, passou de R\$ 7,70 em janeiro para R\$ 15,66 em dezembro.

Em 2008 e 2009, o produtor recebeu, em média, R\$ 9,78 e R\$ 5,29 por caixa,

Índice Scot de custo de produção de citrus (Agosto de 1994 = 100)



Fonte: Cepea / Conab / CitrusBR / Scot Consultoria

respectivamente. Isso demonstra a importância de se considerar o custo operacional total quando analisamos o lucro e a rentabilidade para o produtor.

Quando se remunera somente o custo operacional, existe a falsa impressão de lucro. No entanto, nesta situação, a tendência é o abandono da atividade em longo prazo, em função do sucateamento da

fazenda, principalmente em uma região onde existe uma grande pressão exercida por outras oportunidades de negócio. E é o que está acontecendo. Isto não é bom para a agricultura brasileira nem para a cadeia produtiva. ■

1. Zootecnistas da Scot Consultoria
2. Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

OCB. 40 anos dedicados ao cooperativismo brasileiro.

2010 foi um ano singular para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Além de completar quatro décadas de existência, a instituição máxima de representação do cooperativismo no país definiu suas diretrizes para os próximos anos – baseadas em inovação e sustentabilidade – e reafirmou seu compromisso com as cooperativas e com o Brasil.

Em 2011, a OCB vai continuar a promover, representar e acreditar no cooperativismo, atividade que, além de gerar renda e qualidade de vida, é baseada no mais nobre dos ideais: a cooperação.



Cooperativismo. Você participa. Todos crescem.
www.brasilcooperativo.coop.br


OCB
 Organização das Cooperativas Brasileiras

Brasil e UE

Negociações para o agronegócio

Odilson Luiz Ribeiro e Silva¹
Eduardo Ferreira²

A UNIÃO Europeia (UE) é o maior importador de produtos agrícolas. O Brasil tem nesse grupo seu principal mercado para os produtos do agronegócio. Além de ser um mercado sofisticado e exigente, a UE tem no setor agrícola um dos segmentos de maior sensibilidade política, apesar de representar apenas 4% do PIB e ocupar menos de 4% da população economicamente ativa. Exemplo dessa importância é a destinação de mais de 46% do orçamento da UE para a Política Agrícola Comum (PAC).

A preocupação com a volatilidade dos preços tem sido uma constante nos discursos de líderes dos países que compõem a UE. Nesse contexto, inserem-se as principais negociações do Brasil com a UE no campo do agronegócio. Tais negociações estão principalmente relacionadas ao Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), às carnes (aves, bovinos e suínos), ao café, às frutas e aos sucos.

O Acordo Mercosul-UE, cujas negociações foram retomadas em 2010, indica grande potencial de mercado para ambos os lados. A questão agrícola é central. Os europeus deverão buscar proteger seu setor agrícola da alta competitividade do Mercosul e, principalmente, do Brasil. Condicionalidades na área agrícola, como exigências além das estipuladas pelos padrões internacionais multilaterais, podem dificultar o resultado dessa negociação. Quanto aos produtos agrícolas, as principais dificuldades centram-se nos grupos de negociações sanitárias e fitossanitárias e de propriedade intelectual. Este possível acordo comercial poderá representar um mercado de 700 milhões de consumidores, o mais ambicioso em nível mundial.

O tema OGM é controverso na Europa, apesar da dependência da UE da importação

de proteínas vegetais, como a soja – cerca de 90% de tal produto são importados, principalmente do Brasil, dos EUA e da Argentina. Desse total, estima-se que cerca de 95% sejam produtos geneticamente modificados. Apesar do aparente interesse do consumidor europeu em produtos “convencionais”, não existe estatística oficial na UE sobre a importação de grãos não transgênicos.

As exportações de carnes do Brasil para a UE são objeto de várias barreiras, de caráter tarifário, técnico e sanitário. As carnes de aves brasileiras têm enfrentado diversas restrições, e o País analisa a possibilidade de voltar a questionar a UE na Organização Mundial do Comércio (OMC). A carne bovina brasileira também enfrenta, desde 2008, restrições vinculadas a requisitos europeus de rastreabilidade. Atualmente, cerca de 2.200 fazendas podem oferecer gado para frigoríficos autorizados a exportar carne bovina. A limitação do número de fazendas é exigida somente do Brasil, requisito que ultrapassa os conceitos de regionalização previstos em normas internacionais.

Outra dificuldade para a exportação de carne bovina refere-se a requisitos impostos pela UE para a definição da cota Hilton (carne de alta qualidade) brasileira. Apesar de ter sido criada como compensação para o Brasil em razão de contencioso com a UE na OMC, a cota é vista como concessão pelos europeus, que indicam desconhecimento de alguns dos princípios básicos da pecuária brasileira, como a alimentação a pasto e a ocorrência de longos períodos de seca, que induzem o fornecimento de suplementação para alimentação dos animais. A UE concede a países como Estados Unidos, Canadá e Austrália maior flexibilidade nas definições da cota Hilton. Atualmente, negocia-se também a abertura do mercado da UE para a carne suína brasileira.

O café processado do Brasil paga a maior tarifa cobrada pela UE de países exportadores. O suco de laranja também enfrenta barreira tarifária, apesar do grande volume de exportações. As frutas enfrentam restrições quanto ao uso de produtos fitossanitários, pois a UE determina limites máximos de resíduos diferentes daqueles preconizados pelo *Codex Alimentarius*.

Ao contrário do que ocorre no Brasil, o setor agrícola europeu enfrenta diminuição da produtividade e pouco interesse dos jovens – com consequente abandono da atividade – e exige elevados subsídios para sua manutenção. O nível de subsídios poderá enfrentar, com a reforma da PAC, possível diminuição, devido à pressão pelo limite de gastos em vários Estados membros da UE, como resultado do aumento do déficit público após a crise de 2008, assim como pelo interesse de destinação de mais recursos do orçamento comunitário a áreas mais dinâmicas da economia.

Para manter e ampliar o comércio com a UE, o Brasil deve continuar e aumentar as ações de qualificação da sua produção para atender ao mercado europeu e também atuar fortemente e de maneira eficiente e integrada para evitar que barreiras injustificadas ao comércio sejam empecilhos para suas exportações. ■

Este artigo reflete a opinião dos autores e não das instituições que representam.

1. Engenheiro agrônomo pela UFPA; pós-graduado em economia e sociologia rural por Gembloux - Bélgica; atuação na área SPS no Mapa desde 1994; nomeado quatro vezes Diretor e uma vez Secretário Substituto da SDA no Mapa; atuou em conjunto, no Mapa e na FAO, durante 12 anos na área fitossanitária; coordenou a força-tarefa do *Codex Alimentarius* sobre norma geral de sucos de frutas e atualmente é Adido Agrícola na Missão do Brasil perante à União Europeia

2. Primeiro Secretário - Missão do Brasil junto à União Europeia - Chefe do Setor Agrícola

África

Desafio para exportações de máquinas e equipamentos

Cleber Lima Guarany*

O CONTINENTE africano é um promissor produtor em larga escala de biocombustíveis e alimentos, pois tem grandes parcelas de solos agricultáveis, clima tropical e mão de obra disponível.

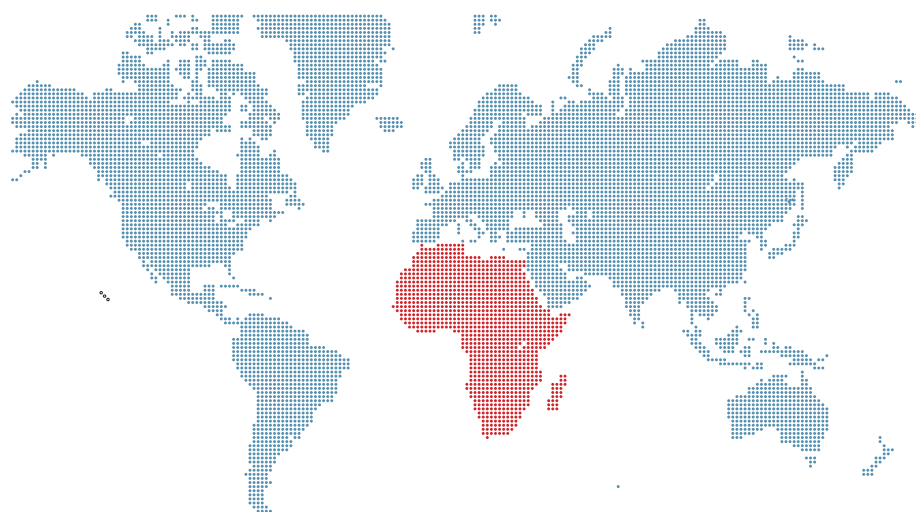
Os investimentos neste segmento começam a surgir em alguns países do continente africano. A Etiópia é um dos países que já estabeleceram marco regulatório para a mistura de 5% de etanol à gasolina e importa os volumes necessários do Sudão, enquanto espera os investimentos chegarem para produzi-lo localmente. Por sua vez, o Sudão, além de continuar a fomentar a expansão da indústria local de etanol, incentiva a chegada de novos projetos.

Os governos de Moçambique, da Tanzânia, de Uganda, entre outros, têm promovido ações para a adoção do etanol ou biodiesel em suas matrizes energéticas, procurando criar estruturas regulatórias para incentivar investimentos na produção local.

No setor de alimentos, existem várias iniciativas para produção de arroz, castanha, milho, mandioca etc. O governo da República do Senegal, por exemplo, promove ações para incentivar a produção local de arroz e diminuir as importações do produto.

Outras iniciativas que visam motivar a produção de biocombustíveis e alimentos vêm surgindo em toda a África e deverão ajudar os países desse continente a promover o desenvolvimento econômico sustentável e também a inclusão social.

Dado o conhecimento e a experiência adquiridos em projetos no continente africano, a Fundação Getúlio Vargas entende que existe uma oportunidade única no continente africano para fomentar as exportações de máquinas e equipamentos brasileiros destinados ao mercado de biocombustíveis e alimentos.



Esses setores possuem massa crítica e *know-how* suficientes para competir com outros países, haja vista que as condições climáticas do Brasil se assemelham muito às do continente africano. Praticamente, na maioria das matérias-primas agrícolas que a África produz ou pode produzir o Brasil já possui larga experiência.

Entretanto, existem alguns obstáculos importantes que ainda precisam ser ultrapassados, que vão desde a falta de informações sobre as oportunidades propriamente ditas do continente pelos empresários brasileiros até a concorrência agressiva dos chineses, que oferecem uma solução integrada de produtos e serviços, incluindo a mão de obra.

Nesse contexto, fica evidente que várias ações precisam ser implementadas para garantir aos produtos brasileiros uma fatia do promissor mercado africano. Uma necessidade premente é a dificuldade de financiamento das exportações enfrentada pelas empresas brasileiras. Não existe, por exemplo, uma estrutura administrativa dedicada exclusivamente a financiar a produção brasileira destinada ao merca-

do exterior, como, por exemplo, o Exim-Bank americano, existente desde 1934.

As garantias exigidas pelas instituições financeiras também são um problema recorrente no caso do continente africano, que apresenta níveis de classificação de risco elevados para a maioria dos países.

As empresas brasileiras só estarão preparadas para aproveitar a já nela de oportunidades, principalmente aquelas oriundas dos setores de biocombustíveis e alimentos, nas quais a África tem um potencial de crescimento extraordinário, se buscarem soluções inovadoras capazes de alavancar suas exportações.

Nesse sentido, é preciso unir forças, com o envolvimento da iniciativa privada e de entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sindicatos, Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex), entre outras. ■

Fonte: CIA World FactBook

*Coordenador de projetos da FGV Projetos/GV Agro

Açúcar

Demanda mundial em crescimento

Plínio Nastari*

TODOS OS anos, no fim de novembro, a Organização Internacional do Açúcar (ISO) realiza em Londres sua reunião anual de conselho e seminário técnico. Este ano, um dos temas que trouxeram maior atenção foi a avaliação feita pelo seu time de economistas, apresentada por Lindsay Joly, sobre a evolução da participação do açúcar na oferta global de adoçantes e as perspectivas de crescimento de sua demanda no futuro.

Com premissas conservadoras sobre a expansão futura do consumo de açúcar, a ISO prevê que até 2020 a produção mundial precisará crescer 50,8 milhões de toneladas para atender a uma demanda crescente, impulsionada, principalmente, por economias emergentes, como a China e a Índia, e pelos países em desenvolvimento, notadamente os do norte e oeste da África.

Para que se tenha em conta o que este crescimento representa, o Brasil, que é por larga margem o maior produtor mundial, deverá produzir 38,9 milhões de toneladas em 2010.

Onde deverá ocorrer esse aumento de produção é um desafio a todos os produtores mundiais, pelo que representa em mobilização de fatores de produção e pela capacidade empreendedora que precisa movimentar. É um desafio que, ao mesmo tempo, representa uma enorme oportunidade para países interessados em desenvolver o seu setor agroindustrial. O Brasil permanece, pelo menos até o médio prazo, como aquele que tem as melhores condições para atender a uma parte importante desse crescimento.

No resto do mundo, não faltam desafios. Enquanto o mundo demanda volumes crescentes, desde que a custos competitivos, surgem também novas preocupações em alguns mercados-chave.

Esta semana, a Justiça Federal da Califórnia ordenou, novamente, a remoção da produção de sementes de beterraba geneticamente modificadas. Em agosto, a justi-

Demanda mundial por adoçantes (milhões de toneladas de açúcar cru equivalente)

Produtos	1985	2009	Crescimento
Açúcar	91,5	148	61,7%
Adoçantes de alta intensidade*	7,2	16,9	134,7%
Glucose e frutose de milho	6,2	12,5	101,6%
Total	104,9	177,4	69,1%

*Sacarina, ciclamato, aspartame, estévia e outros.

ça já havia proibido o cultivo do material transgênico até que um estudo completo sobre os impactos ambientais fosse realizado pelo Departamento de Agricultura. O próprio departamento, porém, tem desafiado tal decisão ao emitir licenças para que as empresas possam continuar a produzir sementes geneticamente modificadas.

Assim, um grupo de ambientalistas moveu uma ação contra o governo dos EUA que, mais uma vez julgada, ratificou a decisão de que fossem eliminadas as plantações a partir do dia 6 de dezembro. A beterraba é plantada em mais de um milhão de hectares em dez Estados, tendo à frente Minnesota, Dakota do Norte e Idaho.

A indústria do açúcar norte-americana poderá passar por dificuldades nos próximos dois anos, já que 50% da sua oferta de açúcar advém da beterraba, e mais de 90% do açúcar de beterraba derivam de material geneticamente modificado. Como resultado, a produção total de açúcar poderá cair até 20%, forçando alta nos preços domésticos e um aumento da importação.

Não por outro motivo, o Departamento de Agricultura dos EUA passou a apontar um aumento nas importações de açúcar em 2010/11 de 2,49 milhões, apontados na previsão anterior para 2,72 milhões de toneladas, sendo o México responsável por quase metade desse fornecimento. Em 2009/10, os EUA importaram 3 milhões de toneladas de açúcar.

O México poderá exportar 1,13 milhão de toneladas para os EUA em 2010/11,

maior volume desde 2008/09. A indústria mexicana terá condições de elevar as exportações em função do aumento da produção interna de 4,8 milhões de t, em 2009/10, para 5,3 milhões em 2010/11. Além disso, a demanda interna de açúcar cairá de 4,89 milhões para 4,74 milhões nesta temporada, já que o aumento dos preços do açúcar incentivou um maior consumo de xarope de milho.

Caso este volume de importações se confirme, levando em consideração um leve ajuste na estimativa sobre a produção, a relação estoque/consumo de açúcar nos EUA subirá para 13,4% em 2010/11, ante 9,3% em estimativas anteriores, praticamente o mesmo nível registrado em 2009/10, permitindo então certo alívio ao grande aperto que atualmente enfrentam no cenário doméstico.

Projeta-se que os EUA produzam 7,45 milhões de toneladas métricas de açúcar em 2010/11, o que corresponde a 75,5% do consumo doméstico estimado em 9,87 milhões.

Por manter uma política protecionista, historicamente o preço do açúcar consumido no mercado norte-americano tem sido maior do que o valor praticado no mercado mundial. Mas essa diferença chegou ao maior nível dos últimos dez anos em maio de 2010, quando o preço do açúcar cru praticado no mercado doméstico foi 19 cents por libra peso superior ao do mercado internacional. Hoje, essa diferença gira em torno de 10 cents. ■

*Presidente da Datagro Consultoria

Competitividade

Manter a competitividade do País

Glauber Silveira da Silva*

O BRASIL, mais uma vez, deu exemplo ao mundo, conduzindo um processo eleitoral democrático, transparente e maduro. A maneira positiva como somos vistos pode ser notada pelo comportamento do mercado financeiro ao não registrar sobressaltos durante as pesquisas de intenção de voto divulgadas ao longo do processo eleitoral e também após o anúncio dos resultados das urnas. Devemos continuar nesta rota positiva, com ações e medidas que levem à melhoria da competitividade do País.

A presidente eleita, Dilma Rousseff, terá muitos desafios pela frente para resolver questões cruciais relacionadas à agricultura, principal gerador de divisas da economia brasileira, tendo a soja como principal produto da balança comercial do País. Medidas emergenciais e estruturantes fazem parte de uma pauta que deve ser priorizada na próxima gestão.

A crescente valorização do câmbio deve ser tratada de maneira emergencial. A atual “guerra cambial” internacional tornou nossa moeda uma das mais sobrevalorizadas do mundo. Real valorizado significa aumento do custo-Brasil e menos receita.

A carga tributária brasileira, que já é uma das maiores do mundo, deve ser revista, pois esta é uma das causas do nosso desequilíbrio macroeconômico, com câmbio e juros fora do lugar. A hipótese de retorno da CPMF, agora com nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS), é um retrocesso inadmissível. Precisamos de uma reforma tributária profunda, que incentive o desenvolvimento e diminua as distorções sociais e regionais. Nesta linha, apoiamos uma reforma que reduza a tributação em cascata, a guerra fiscal, de-

Custo para transportar uma tonelada de soja por 1.000 quilômetros

Brasil	US\$ 72,73
EUA	US\$ 17,54

sonar o setor produtivo e elimine impostos sobre faturamento ou movimentação financeira, como é o caso do Funrural e da extinta CPMF.

Em termos de política agrícola, reconhecemos a importância da política de preços mínimos e a eficiência dos mecanismos de implementação desta política. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da operacionalização de mecanismos como Pepro e PEP, ajudou a salvar e desenvolver culturas estratégicas para o País, como o milho e o algodão.

Entretanto, o problema do endividamento do setor agrícola continua sendo postergado, com soluções paliativas e provisórias. O crédito agrícola ainda é realidade para poucos produtores da região do Cerrado, que são obrigados a buscar financiamentos junto a empresas a juros maiores e ainda com a venda antecipada da produção que nem foi plantada. Destacamos que é de interesse da nação proteger sua agricultura dos crescentes riscos da atividade. Para isso, devemos focar no desenvolvimento de um seguro rural mais apropriado, com maiores coberturas e também no fomento à utilização de mecanismos de mercado, como opções de venda da BM&FBovespa para reduzir os riscos de preço e câmbio ao setor.

Temos a agricultura mais sustentável e eficiente do mundo, com proteção às florestas nativas, aos rios e às nascentes, uso eficiente de água e práticas agrícolas modernas e eficazes. Entretanto, nossa legislação ambiental, elaborada na dé-

cada de 1960, é totalmente incompatível com os conceitos cientificamente aceitos de sustentabilidade. As inconsistências do atual código colocam grande parte do setor na ilegalidade.

A redução dos custos logísticos deve continuar sendo uma prioridade (vide quadro). Acompanhamos os importantes avanços conseguidos com o PAC e a eficiente gestão do DNIT, como a obra da BR-163, rumo a Santarém, no Pará, e o ambicioso projeto da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Entretanto, não podemos nos esquecer do modal hidroviário, o mais eficiente tanto em termos de custos quanto de redução de emissões de CO₂. Os rios brasileiros, além de importantes fontes de geração de energia elétrica, podem também ser eficientes corredores de escoamento da produção.

Ainda em relação à logística, o problema não se trata somente de ausência de infraestrutura. Os custos cobrados pelos atuais operadores ferroviários no País para o transporte de grãos estão em patamares muito acima dos padrões internacionais.

O Brasil conta com todas as condições naturais, a vocação das pessoas, a aptidão das terras e o conhecimento tecnológico para atender à grande parte da procura mundial por alimentos, que deverá crescer 70% nos próximos 40 anos, segundo a FAO. A solução para sermos o celeiro do mundo está em nossas mãos. ■

*Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja)



QUEM QUER SER REFERÊNCIA NO MERCADO ESTUDA COM QUEM JÁ É.

FAÇA SUA PÓS-GRADUAÇÃO NA ESCOLA DE ECONOMIA DA FGV.

LATO SENSU

// MASTER IN FINANCIAL ECONOMICS (CEAFE) | Duração 18 meses

Áreas de Concentração:

- :: Investimento Renda Fixa
- :: Investimento Renda Variável

// MASTER IN BUSINESS ECONOMICS (CEABE) | Duração 18 meses

Áreas de Concentração:

- :: Economia de Empresas
- :: Mercado de Capitais

STRICTO SENSU

// MESTRADOS PROFISSIONAIS | Duração 24 meses

- :: Finanças e Economia Empresarial
- :: Agroenergia

WWW.FGV.BR/EESP



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

EESP

Escola de Economia
de São Paulo



Economia

Ainda a política monetária



APESAR DO recente aumento da Selic de 10,75% para 11,25%, **Agroanalysis** continua com sua aposta de que o governo da presidente Dilma Rousseff fará o controle da inflação utilizando com muito mais força elementos para conter a demanda (como restrição ao crédito, por exemplo) do que aumentos contínuos da Selic.

Tanto a presidente como boa parte da equipe econômica não queriam que a Selic voltasse a subir já em janeiro, mas as pressões foram fortes, e a independência operacional do Banco Central (Bacen) foi mantida pelo novo governo. Tanto é assim, que, diferentemente do governo anterior, o Bacen tomou a

medida em acordo com a presidente. Ela teria sido convencida da necessidade do aumento segundo argumentos do Bacen. Nossa opinião é que mesmo sendo contrária à medida (com mais vigor do que o fazia o presidente Lula) a presidente não quis abrir uma guerra com o Bacen e nem dar mostras de que cortaria sua independência.

Mas que não parem dúvidas, o aumento teria sido maior na gestão anterior. E muito provavelmente várias medidas serão tomadas entre janeiro e fevereiro, inclusive de cunho fiscal, para evitar novas elevações da Selic, em março, apesar da nota emitida pelo Bacen de que a elevação de ontem é o

início de um processo. As apostas do setor financeiro de uma Selic de até 13% em dezembro dificilmente se materializarão. A presidente e o ministro da Fazenda vão atuar de forma orquestrada para tentar garantir este rumo, sem declarar guerra aberta ao Bacen.

Haverá um esforço enorme do governo para domar a inflação discutindo os contratos indexados e arrochando o crédito, ou seja, lançado mão de formas mais inteligentes para domar a inflação brasileira. Como já dissemos anteriormente, a Selic maior traz mais prejuízos (pelo lado fiscal) do que benefícios para a economia. O tempo mostrará quem tem razão. ■

Biocombustíveis

Biomassa e paradigmas

Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

NOS TRÓPICOS, a intensa luminosidade é o elemento natural que gera um ambiente muito propício ao rápido crescimento das plantas, consumindo CO₂ para isso e produzindo uma massa verde abundante chamada biomassa. Formada por um complexo de carbono, hidrogênio e oxigênio (carboidratos), água em abundância, fibras, lipídeos e um grande número de vitaminas e sais minerais, a biomassa é a base da vida e, ao mesmo tempo, um imenso potencial de alimentos, energias, matéria-prima para produtos químicos e habitat natural de seres vivos.

As experiências agrônômicas com resultados extraordinários nos trópicos brasileiros, incorporando regiões até pouco tempo consideradas impróprias à agricultura, são, no entanto, a parte visível do grande *iceberg*, cujo volume submerso é bem maior. Talvez as intensas luzes que brilham nessa parte tenham escondido, por longo período, o volume submerso, bem maior, e cegado os olhos humanos.

Os esforços do homem na produção somente de alimentos em plantas de grãos ou no uso do caldo da cana-de-açúcar dominaram o foco das ações públicas e privadas até hoje. Nessa cegueira, transitamos os preconceitos e a visão dos debates do alimento *versus* energia, das limitações que países ricos querem colocar sobre o potencial produtivo de energia renovável do mundo tropical e da insana tentativa de trazer de volta as teses malthusianas enterradas na primeira revolução verde.

No mundo do *iceberg* que sobrenada, os preços dos alimentos, ou da energia, ou das fibras, ou dos subprodutos atuais são função do mercado, na lógica da oferta e demanda. Mas o que se vende como resultado da produção agrícola é o carbono e seus coadjuvantes, assim como no caso do petróleo, gás natural ou carvão mineral.



Na parte do *iceberg* que não se vê os custos são os do carbono, além da água e dos coadjuvantes, que são função dos preços do petróleo e dos custos incorridos para a sua produção.

Em recente estudo, Weber Porto, presidente da Evonik, calcula que, aos preços atuais do petróleo, o valor do carbono já estaria permitindo a competição dos açúcares da cana, em mercado. Com os preços do petróleo caminhando para US\$ 100 o barril, a competitividade do carbono da biomassa cana quase dobra em relação ao carbono do petróleo.

Feita a prova econômica, sem subsídios, na comparação de custos, o que falta ao mundo para, literalmente, abraçar a causa da biomassa, como fonte de produtos químicos derivados e energia, além de prover os alimentos humanos e animais? Por onde anda o senso de urgência requerido para, de fato, estancarmos ao nível global as emissões de gases de efeito estufa derivados do uso de fontes fósseis, numa imagem tão parecida com o microfato do vazamento do petróleo no Golfo do México?

A cadeia produtiva da biomassa é tão larga e abrangente, que é, de fato, a origem de tudo. Os preconceitos que derivam da cegueira erguem muros que, tão altos, explicam os descaminhos. A força que leva o homem a buscar o produto fóssil em profundidades da altura de um Everest invertido é a mesma que mantém a fome, que procura ressuscitar teorias que a interessam, que enfraquece as organizações mundiais sociais e que insis-

te em temas como segurança alimentar, defendendo seus muros sob os conceitos ultrapassados e sem vida.

Atualmente, o novo foco é o questionamento sobre os biocombustíveis de primeira geração com a visão que somente as gerações que virão terão sustentabilidade! Por força do óbvio, aceitam o etanol da cana brasileira, mas sem expansão.

Esse etanol é 1/3 da biomassa energética da cana-de-açúcar atual. A geração da “cana-de-energia” fará com que o etanol produzido hoje seja somente 1/4 da sua biomassa. Os outros 2/3 ou 3/4 são o carbono que produzirá plásticos, remédios, vacinas, energias líquidas e energia elétrica, em desenvolvimento tecnológico já efetivado e com um potencial fantástico.

A aceleração desse mundo baseado na biomassa não acontece se os muros forem mantidos. A estupidéz dos muros, reais ou virtuais, é alimentada pelo preconceito, filho de uma relação entre um dogma e um interesse.

Não há separadamente a agricultura de alimento, em agronegócio ou familiar; não há a agricultura de energia ou a agricultura de frutas e das flores; não há a agricultura dos com terra ou sem-terra. Há a produção em toneladas de massa verde por unidade de área, na terra ou no mar, matéria-prima para tudo. E aí reside um fato: nos trópicos, luz, calor, água e terras abundantes são os fatos, o potencial. São o presente e o futuro. Capital e *know-how* não serão suficientes... Será preciso derrubar os preconceitos, internos e externos. Em crise, os deuses gregos estão sem tempo... Há que se chamar a Ceres! ■

* Engenheiro Agrônomo, Diretor da Canaplan, Diretor de Relações com o Mercado das Usinas do Grupo Alto Alegre S.A., Diretor da Bioagência e Vice-Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Desmatamento na Amazônia

Menor área em 23 anos

ENTRE AGOSTO de 2009 e julho de 2010, a devastação da floresta derrubou uma área de 6.451 km², superior ao território do Distrito Federal, em Brasília, correspondente a 5.802 km². Este número é alto, mas representa uma redução de 7,9% quando comparado com a área devastada no mesmo período da temporada anterior, de 7.008 km². É o menor nível da série estatística iniciada em 1988.

Cabe ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrar a área desmatada no bioma Amazonas, através do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes). O sistema cobre áreas acima de 6,25 hectares e leva em conta somente o corte raso, quando há remoção completa da cobertura florestal. O trabalho analisou 93 imagens de satélite, responsáveis pela cobertura de 90% do desmatamento. A estimativa possui uma margem de erro de 10% para mais ou para menos.

Tendo em vista que se trata da segunda redução consecutiva e que fortalece a tendência de queda das taxas anuais de desmatamento na Amazônia desde 2004, os resultados são animadores. Essa expectativa já vinha sendo apontada pela Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que fornece os alertas mensais para a fiscalização, porém, apenas conseguem captar derrubadas superiores a 25 hectares, equivalentes a 40% dos desmatamentos atuais.

Como os desmatamentos passaram a ser mais frequentes em pequenas áreas, os chamados puxadinhos, o Sistema muitas vezes possui dificuldade para detectá-los. Daí a precaução para aguardar os números mais apurados pelo Deter.

Na verdade, o desmate tem deixado de se concentrar no chamado Arco do Desmatamento para disseminar-se pela Amazônia nas pequenas derrubadas. Atualmente, os desmates acima de mil hectares

participam com 10% no total apurado pelos satélites, enquanto as derrubadas de áreas inferiores a 25 hectares representam 60%. Essa mudança requer outra estratégia de fiscalização por parte do governo.

Daí o Inpe ter anunciado a operação de dois novos satélites para ampliar o monitoramento da floresta. Em 2011, o instituto vai lançar o Cbers-3 e, em 2012, o Amazônia-1. Ambos ajudarão a melhorar a capacidade de observação, seja do Deter como do Prodes.

Para o Brasil, o menor desmatamento diminui as emissões de Gases de Efeito Estufa do Brasil. No inventário de 2005, as mudanças de uso da terra e das florestas foram apontadas como as responsáveis por mais de três quartos dos 1.637,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente emitidos em todo o País. Desta quantidade, apenas o desmatamento e as queimadas do bioma Amazônia responderam por 842,9 milhões de toneladas, ou seja, mais da metade.

Do lado externo, isso melhora a imagem do País, principalmente nas atividades produtivas da agropecuária: desde a safra a 2003/04, a produção de grãos cresceu em um quarto, quase 30 milhões de toneladas, enquanto o desmatamento revela queda. Só a soja aumentou sua produção em 17 milhões de toneladas, mas a área plantada se manteve

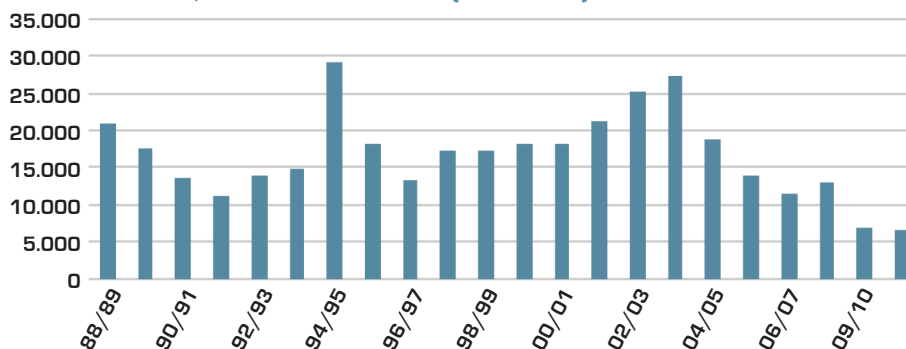
Desmatamento no Bioma Amazonas - 2009 a 2010

Estados	Área - km ²
Pará	3.710
Mato Grosso	828
Maranhão	679
Amazonas	474

Fonte: Prodes

em torno dos 23 milhões de hectares. A Moratória da Soja, em que as empresas associadas da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) se comprometeram a não adquirir a produção proveniente de novas áreas abertas, após julho de 2006, no bioma Amazonas, é reconhecida como uma das razões deste progresso.

Outro ponto a ser inserido na questão consiste no fato de o Brasil ter antecipado, em cinco anos, o cumprimento da meta voluntária assumida na 15ª Conferência do Clima, em Copenhague, em 2009. O País recebe um voto de crédito para se posicionar como um ator importante na formulação e execução dos acordos relacionados às mudanças climáticas. Trata-se de um forte argumento a seu favor para propugnar nas negociações o pagamento pelos serviços ambientais das suas florestas, sejam privadas ou públicas. ■

Amazônia: Evolução no Desmatamento (1.000 km²)

Fonte: Inpe.

Seguro Rural

Cresce a procura no Brasil

Rafael Ribeiro¹
Gustavo Aguiar¹
Marco Túlio²
Alcides Torres²

A PRODUÇÃO agrícola e pecuária depende de inúmeros fatores. Um deles é o clima, cujo controle não está ao alcance do produtor.

Adversidades climáticas, tais como estiagem, geada ou fenômenos como o *La Niña*, que interferem diretamente no regime de chuvas representam fatores de risco consideráveis ao desenvolvimento da agricultura, impactando na produtividade e rentabilidade do negócio.

Para se proteger desses riscos, o produtor pode contratar um Seguro Rural. Assim, em caso de perdas, o produtor recupera parte do capital investido no empreendimento.

O Seguro Rural cobre, além da produção agrícola, a produção pecuária, o patrimônio do produtor e o crédito para comercialização desses produtos, entre outros benefícios.

A contratação do Seguro pode ser feita junto a qualquer instituição seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a operar com Seguro Rural. O valor do seguro, por sua vez, depende de diversos fatores, que vão desde as práticas culturais ou sistemas de produção utilizados até a localização e as condições edafoclimáticas da região.

Do mesmo modo, o seguro com o benefício da subvenção do governo é contratado com as seguradoras credenciadas a operar no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Como funciona o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)?

O Seguro Rural oferece cobertura para a agricultura, cuja atividade é de alto risco. Como consequência, o custo das apólices rurais é alto, exigindo que o governo dê apoio financeiro ao produtor para aquisição dessa garantia.

Modalidades disponíveis para o Seguro Rural

Seguro Agrícola	Cobre as explorações agrícolas contra perdas decorrentes de fenômenos meteorológicos (incêndio, raio, tromba d'água, ventos fortes, granizo, geada, chuva excessiva, seca e variação excessiva de temperatura).
Seguro Pecuário	Indenização em caso de morte de animal destinado, exclusivamente, ao consumo, à produção, cria, recria, engorda, reprodução ou a trabalho por tração.
Seguro Aquícola	Cobre perdas na produção aquícola (peixes, crustáceos etc.), em consequência de acidentes e doenças.
Seguro de Benfeitorias e Produtos Agropecuários	Cobre perdas ou danos causados às benfeitorias e aos produtos diretamente relacionados à atividade agropecuária.
Seguro de Penhor Rural	Cobre perdas ou danos causados às benfeitorias e aos produtos diretamente relacionados à atividade agropecuária que tenham sido oferecidos em garantia em operações de crédito rural.
Seguro de Florestas	Indenização pelos prejuízos causados nas florestas seguradas.

Fonte: Mapa / Scot Consultoria

O objetivo do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é justamente tornar o Seguro Rural acessível, ou seja, oferecer ao agricultor a oportunidade de segurar sua produção por meio de auxílio financeiro do governo, que reduz os custos de contratação.

Veja um exemplo:

Uma lavoura de soja com custeio de R\$ 1,1 mil por hectare em uma área de 3,6 mil hectares. Neste exemplo, a taxa da seguradora corresponde a 3% do custeio da lavoura, ou seja, R\$ 118,8 mil. No Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o governo entra com 50% do valor (esta porcentagem é variável), isto é, R\$ 59,4 mil, e o produtor arca com o restante do custo: R\$ 59,4 mil. Portanto, a taxa real paga pelo produtor será de 1,5% para um limite de indenização de R\$ 3,96 milhões (R\$ 1,1 mil / ha x 3,6 mil ha).

Os percentuais de subvenção na modalidade agrícola variam entre 40% e 70%, de acordo com a cultura, com um limite máximo de R\$ 96 mil. Feijão, trigo e milho (segunda safra), por exemplo, recebem 70% de subvenção.

O limite máximo é o teto que o governo cobre na contratação do seguro. No exemplo dado, a subvenção ficou em R\$ 59,4 mil, ou seja, abaixo desse limite.

Já para as modalidades pecuárias, florestas e exploração aquícola, o percentual de subvenção é de 30%, com teto de R\$ 32 mil.

A subvenção econômica concedida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pode ser pleiteada por qualquer pessoa física ou jurídica. O benefício é concedido ao produtor rural por intermédio das seguradoras habilitadas, mediante a dedução do montante da subvenção econômica do valor do prêmio a ser pago pelo produtor.

Para receber o benefício do Programa de Subvenção, o produtor precisa estar

adimplente com a União e entregará à empresa seguradora um Termo de Responsabilidade do Produtor Rural assinado juntamente com a Proposta de Seguro.

Cabe à seguradora enquadrar corretamente o produtor como beneficiário do PSR, com base nas informações por ele prestadas e observando, especialmente, o cumprimento dos requisitos de adimplência, as culturas beneficiárias e os limites operacionais estabelecidos.

Seguradoras habilitadas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

Allianz Seguros S.A.

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.

Nobre Seguradora do Brasil S.A.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

UBF Seguros S.A.

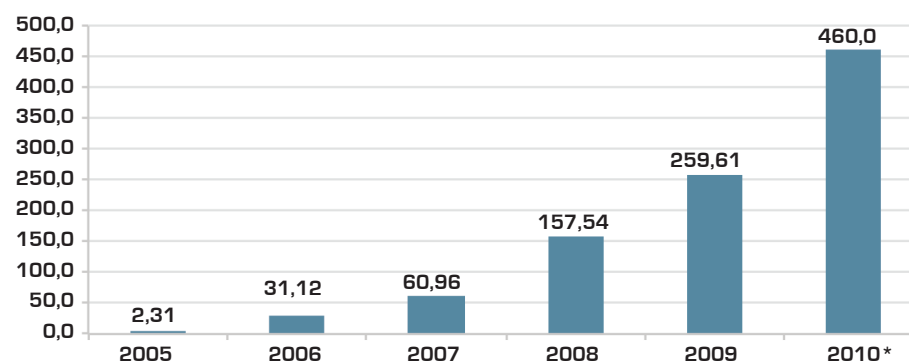
Fonte: Susep / Scot Consultoria

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural por Estado e no DF em 2009 (R\$)

BRASIL	259.610.965
Paraná	76.174.919
Rio Grande do Sul	41.461.188
São Paulo	30.404.546
Santa Catarina	24.913.713
Goiás	21.698.735
Mato Grosso do Sul	20.137.542
Minas Gerais	18.318.088
Mato Grosso	13.217.573
Bahia	9.626.968
Piauí	1.070.864
Tocantins	955.777
Maranhão	933.250
Distrito Federal	425.822
Rondônia	189.294
Espírito Santo	71.446
Rio de Janeiro	10.256
Alagoas	854
Rio Grande do Norte	130

Fonte: Mapa / Scot Consultoria

Montantes concedidos através do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (em R\$ milhões)



*estimativa
Fonte: Mapa / Scot Consultoria

Evolução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

Itens	2005	2006	2007	2008	2009
Número de apólices	849	21.779	31.637	60.120	72.737
Número de produtores	849	16.653	27.846	43.642	56.306
Subvenção concedida (R\$ milhões)	2,3	31,1	60,9	157,5	259,6
Área segurada (ha)	68.148	1.560.549	2.276.245	4.762.902	6.669.296
Capital segurado (R\$ bilhões)	0,12	2,87	2,71	7,21	9,68

Fonte: Mapa / Scot Consultoria

Subvenção do prêmio em números

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural começou em 2005. Entretanto, nos três primeiros anos de execução, a demanda não chegou a 50% dos recursos disponibilizados.

Em 2008 e 2009, o cenário se inverteu, e o orçamento do PSR foi inferior à demanda.

Em 2009, últimos dados consolidados, as subvenções do governo somaram R\$ 259,6 milhões, um crescimento de 65% em relação ao ano anterior. A estimativa é que, em 2010, as subvenções do governo chegaram a R\$ 460 milhões.

Isso significa uma cobertura de 6,70 milhões de hectares ou aproximadamente 14% da área plantada naquela safra. Esses prêmios garantiram capitais num valor próximo de R\$ 9,68 bilhões.

O Paraná manteve a liderança na aquisição de Seguro Rural em 2009, com o Rio Grande do Sul ocupando a segunda posição, seguidos por São Paulo e Santa Catarina, respectivamente.

No que diz respeito à subvenção por produto, a soja demandou R\$ 98 milhões, ou 38% do total concedido em 2009 contra R\$ 70 milhões em 2008. O trigo aparece em segundo lugar com R\$ 34 milhões e o milho, em terceiro, alcançando R\$ 30 milhões.

Final

A evolução nos valores contratados demonstra claramente um avanço na percepção dos produtores rurais sobre a necessidade do Seguro Rural.

De nada adiantam a correta fertilização do solo e o uso de tecnologia de ponta se, no momento esperado, não chover ou chover acima do previsto. O prejuízo é inevitável, e o produtor quebra mesmo.

Os fatores ligados às mudanças climáticas, tão comentadas atualmente, devem impulsionar a demanda nas próximas safras por garantias de reembolso do capital investido em caso de perdas ou danos. ■

1. Zootecnistas Scot Consultoria
2. Engenheiros agrônomos Scot Consultoria

Crédito Rural

Aplicação dos recursos para investimento

Paulo César Dias do Nascimento Júnior¹
Evandro Scheid Ninaut²

O CRÉDITO Rural abrange recursos destinados à custeio, investimento ou à comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Tais normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito, sendo estas também beneficiárias naturais do sistema. O produtor pode pleitear as três modalidades de crédito rural como pessoa física ou jurídica.

A oferta de linhas de créditos para investimentos conta com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, conhecidos, pela ordem, como FCO, FNO e FNE.

O crédito de investimento destina-se à aplicação em bens ou serviços, cujo desfrute se estende por vários períodos de produção. Dentre as submodalidades de investimento agrícola listam-se formação de culturas perenes, melhoria das explorações, máquinas e equipamentos, aquisição de veículos e outras aplicações. Em relação ao investimento pecuário, listam-se aquisição de animais, melhoria das explorações, máquinas e equipamentos, aquisição de veículos, aquisição de animais de serviços e outras aplicações.

Este trabalho objetiva avaliar a evolução da aplicação dos recursos de crédito para investimento, em especial, os recursos do BNDES no período de 2000 a 2010, bem como a distribuição espacial, por regiões, dos recursos de todos os programas somados e dos programas mais representativos neste período de grandes transformações no cenário agropecuário brasileiro. Os valores correntes ou nominais foram deflacionados com base no IGP-M, base dez/2010=100.

Ao observar a evolução dos recursos destinados ao investimento de 2000 a 2010, nota-se uma evolução muito significativa neste período, de aproximadamente 176,38%, de R\$ 3,43 bilhões (2000) para R\$ 9,48 bilhões (2010), acréscimos de R\$ 6,04 bilhões. Há que se destacar em 2004 um volume considerável de contratações de R\$ 8,81 bilhões, período caracterizado por altas gerais na precificação das commodities agrícolas. Neste período, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheadeiras (Modfrota) participou com 36,44% do total das contratações, e o Estado de Mato Grosso foi o que contratou o maior volume de recursos, cerca de R\$ 699,78 milhões.

Já o ano de 2006 foi o período de menor desempenho em termos de contratações da década, cerca de R\$ 3,75 bilhões, resultado das baixas precificações históri-

cas das commodities agropecuárias, que refletiu não apenas o baixo nível de contratações mas também o baixo desempenho em termos de volume produzido. A partir de 2006, o volume de recursos cresceu quase que exponencialmente, sem decréscimos e com aumentos médios anuais de 22,92%, mensurados pela taxa geométrica de crescimento.

Observa-se também, nos anos de 2009 e 2010, anos pós-crise e de liquidez no sistema financeiro mundial, um bom desempenho, resultado do lançamento de programas como o BNDES PSI – Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

Criado por meio da Circular nº 71/2009, de 10/07/2009, o BNDES PSI tem por objetivo financiar a produção e a aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, inclusive agrícolas, ônibus, caminhões, chassis, tratores, carretas, cavalos mecânicos, reboques, semirreboques novos; fabricados no país, credenciados no BNDES no âmbito de projeto de investimento; a aquisição daqueles bens destinados a operações de arrendamento mercantil; e o capital de giro associado à aquisição isolada de máquinas e equipamentos, com condições de financiamento bastante atrativas frente às demais linhas de crédito para financiamento de investimentos, inclusive oficiais, disponíveis no mercado.

Evolução dos recursos destinados a investimentos (BNDES) – 2000 a 2010*

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Valor (R\$ bilhões)											
Todos os programas	3,43	4,41	5,85	5,91	8,81	5,51	3,75	4,56	5,27	7,04	9,48
Variação (%)											
Base 2000=100	100,00	128,36	170,52	172,08	256,69	160,48	109,10	132,81	153,58	205,16	276,08

(*) Posição: Novembro de 2010.

Fonte: Mapa

Elaboração: Gemerc/OCB



Ao analisar a distribuição dos recursos destinados a investimentos (BNDES) na década, observa-se uma concentração maior na região Sul, no somatório de todos os programas (46,28%), seguida pelas regiões Sudeste (25,02%), Centro-Oeste (21,97%), Nordeste (4,78%) e, finalmente, a região Norte com tímido 1,95%.

Ao analisar individualmente os programas Moderagro, Moderinfra, Prodecoop e Moderfrota, verifica-se que a região Sul novamente encontra-se na primeira posição. Apenas a segunda e terceira posições são alternadas entre a região Sudeste e o Centro-Oeste brasileiro.

Em relação à distribuição espacial da produção agrícola brasileira, estimativa 2010/11, a região Sul também apresenta a maior participação, com cerca de 40,29%, seguida pela Centro-Oeste (36,11%) e pela região Sudeste com 11,63%.

Mantidas as devidas proporções, tais informações refletem uma ligeira correlação entre as contratações e a produção agrícola brasileira.

Finalmente, ao analisar os acréscimos em termos de contratações de recursos de investimento, custeio e comercialização na década, percebem-se avanços muito significativos, todavia aquém da real necessidade da agricultura brasileira. Ademais, as desigualdades em termos da distribuição de recursos também são sérias e precisam ser mitigadas a partir da adoção de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento dos potenciais agrícola e pecuário de cada região. ■

1. Engenheiro agrônomo, Mestre em Economia Aplicada. Especialista em Mercados da Gerência de Mercados da OCB

2. Economista, mestrando em economia ambiental e especialista em Comércio Exterior e Gestão de Cooperativas e Gerente de Mercados da OCB

Distribuição dos recursos de investimento* e da produção agrícola brasileira** por região (%)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Moderagro¹					
2000 a 2005	6,90	8,02	24,94	19,00	41,14
2005 a 2010	4,81	5,35	23,15	45,39	21,30
2000 a 2010	5,39	6,30	23,94	35,45	28,91
Moderinfra²					
2000 a 2005	0,65	6,89	22,08	59,01	11,36
2005 a 2010	0,94	5,81	29,84	54,07	9,35
2000 a 2010	0,76	6,09	27,31	55,46	10,38
Prodecoop³					
2000 a 2005	0,00	0,34	20,97	74,15	4,54
2005 a 2010	0,21	0,82	22,01	72,79	4,17
2000 a 2010	0,20	0,76	21,39	73,30	4,36
Moderfrota⁴					
2000 a 2005	1,53	4,76	23,10	39,01	31,60
2005 a 2010	2,16	6,20	30,31	38,18	23,16
2000 a 2010	1,73	5,27	25,82	39,17	28,01
Todos os programas					
2000 a 2005	2,19	5,52	23,53	38,40	30,36
2005 a 2010	1,95	4,46	26,33	50,75	16,52
2000 a 2010	1,95	4,78	25,02	46,28	21,97
Produção agrícola brasileira					
Safra 2010/11	2,83	9,14	11,63	40,29	36,11

1. Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro)
2. Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra)
3. Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop)
4. Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)

(*) Posição: Novembro de 2010
 (**) Estimativa Conab (2011)
 Fonte: Mapa
 Elaboração: Gemerc/OCB

Produção de alimento

Agricultura em Primeiro Lugar

Eduardo Daher*

SERIA APENAS um chavão, recorrente de alguns para cá. O fato, porém, é que muito pouco se avançou no conhecido desafio: garantir alimentos, fibras e energias renováveis frente aos recursos naturais limitados. Basta ver os alertas, também persistentes, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e concluir-se que o mundo não avançou suficientemente para a redução da fome. É crucial, portanto, ampliar os arranjos estratégicos que envolvam agricultores – sobretudo entre as associações de pequenos produtores –, entidades do setor, comunidade científica, institutos de pesquisa, órgãos de governos e empresas.

Experiências bem-sucedidas nesse sentido formam valiosos *benchmarks* a serem observados. Em âmbito mundial, louve-se o esforço mobilizador da própria FAO, desde sua criação, em 1945, até hoje; nas duas últimas décadas, a organização passou a trabalhar menos com investimentos diretos e mais pela transferência de conhecimentos e recursos tecnológicos para garantir a oferta de alimentos. Com a semelhante preocupação, nova iniciativa está sendo lançada, também em nível internacional.

Liderada por pesquisadores, acadêmicos e profissionais dos segmentos produtivos, trata-se do programa Agricultura em Primeiro Lugar (www.agriculturaemprimeirolugar.com.br), lançado mundialmente como Farming First. Seu elenco de propostas foi concebido sob a égide da sustentabilidade, mas contemplando suas três vertentes – econômica, ambiental e social. As diversas ações sugeridas no programa Agricultura em Primeiro Lugar se apoiam em seis pilares. São eles: salvaguardar os recursos naturais; partilhar conhecimentos; criar acesso local e capacidade; proteção fitossanitária às lavouras; facilitar acesso ao

mercado; estabelecer prioridade para a pesquisa. Analisemos, de forma mais detalhada, estes princípios estratégicos sugeridos como decisões inadiáveis pelo movimento Agricultura em Primeiro Lugar.

Preservar os recursos naturais: A gestão da terra deve ser melhorada através da ampla adoção de práticas sustentáveis em seu uso. Pode-se aplicar a agricultura de conservação para evitar a erosão do solo e a degradação da terra; proporcionar incentivos para melhorar a preservação dos ecossistemas; promover a gestão correta de substâncias químicas e a segurança dos trabalhadores rurais.

Partilhar conhecimentos: Embora exista amplo conhecimento produzido, muitas vezes ele não chega a uma parcela dos agricultores. Assim, a iniciativa Agricultura em Primeiro Lugar defende o aumento do nível de educação sobre a gestão de culturas e recursos naturais para agricultores e trabalhadores rurais; tomar medidas importantes para erradicar o trabalho infantil e garantir que as crianças tenham acesso à educação; proporcionar acesso a tecnologias de informação para que os agricultores recebam alertas sobre as condições meteorológicas de culturas e do mercado e tomem as decisões com vistas à sustentabilidade e à produtividade.

Criar acesso e meios de gestão dos recursos: Recursos fundamentais devem ser disponibilizados aos agricultores, para ajudá-los a gerir o seu processo de produção com menos custo e de forma rentável. Proporcionando acesso a serviços de microfinanciamento rural; garantindo infraestrutura – principalmente estradas e portos; melhorando o acesso a insumos com melhores tecnologias e serviços, encorajando múltiplos atores locais para garantir que informações e insumos cheguem até os agricultores.

Proteger colheitas: Nos países menos desenvolvidos, perdem-se até 40% dos rendimentos da colheita, por falta de medidas adequadas; ao mesmo tempo, grandes quantidades de alimentos são desperdiçadas durante as fases de produção e consumo. Assim, propõe-se: construir locais de armazenagem e mecanismos de transporte; prover a aplicação de conhecimentos agrônômicos, identificação de pragas e informações meteorológicas.

Facilitar acesso ao mercado: Agricultores devem ter condições de colocar seus produtos no mercado e receber por eles um preço justo. Entre as propostas estão: desenvolver mercados eficientes, através de informações transparentes, preços justos e infraestrutura eficiente; melhorar a comercialização, através da aplicação de técnicas de empreendedurismo; reduzir distorções do mercado para melhorar as oportunidades dos setores agrícolas em todo o mundo.

Estabelecer prioridade para a pesquisa: Para realizar uma agricultura sustentável, é necessário pesquisar de forma intensiva e contínua, dando prioridade às culturas localmente relevantes, técnicas de supervisão sustentável (*stewardship*) e adaptação às mudanças de clima. Desta forma: conduzir pesquisas sobre a disponibilidade de água, fertilidade do solo e perdas após a colheita; melhorar a produtividade através da ciência e da tecnologia; estabelecer uma colaboração público-privada de pesquisa para soluções integradas; ampliar os investimentos de governos e empresas em Pesquisa e Desenvolvimento. ■

*Economista, pós-graduado em Administração de Empresas e diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

ESPECIAL
BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
Agronegócios *On-Line*





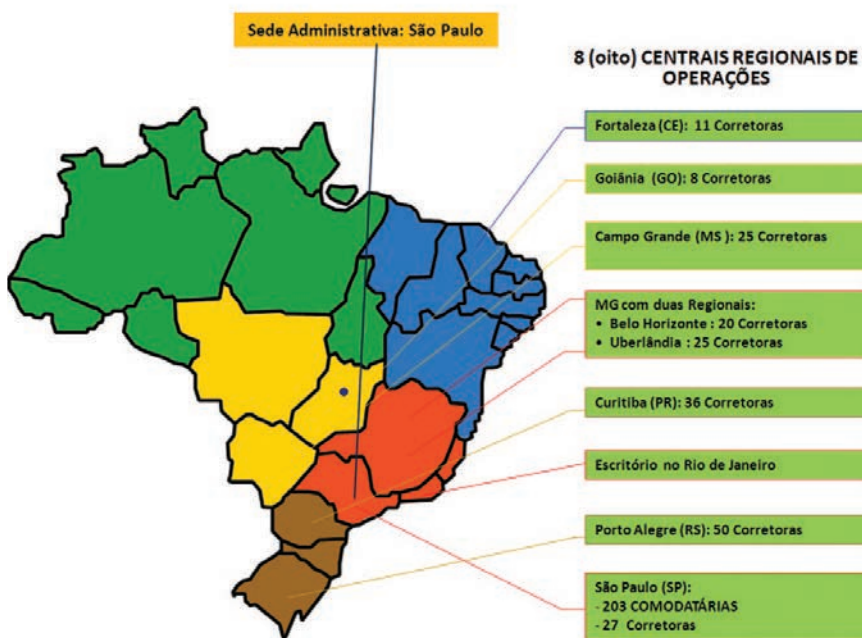
BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS:

O ENDEREÇO DOS PREGÕES ELETRÔNICOS NO BRASIL

A Bolsa Brasileira de Mercadorias foi concebida para ser a bolsa do agronegócio brasileiro, por ser um elo importante entre a agricultura, o comércio, a indústria, o sistema financeiro e o governo.

Para desempenhar o seu papel, a Bolsa se vale de diversos sistemas eletrônicos, destacando-se, dentre eles, os sistemas destinados aos leilões eletrônicos, que ganham a cada dia importância crescente no escoamento e na comercialização da produção agropecuária brasileira. Negociar bois pela internet, registrar contratos de compra e venda de produtos agropecuários com adesão ao Juízo Arbitral, fazer cadastro de algodão em pluma e realizar leilões eletrônicos de produtos físicos se traduzem em uma mudança de cultura do setor.

Promover esta mudança em escala é o maior desafio da Bolsa Brasileira de Mercadorias, instituição sem fins lucrativos, liderada pela BM&FBovespa. A Bolsa também apoia a implementação da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal, executada pela Compa-



A Bolsa Brasileira de Mercadorias e suas regionais



nhia Nacional de Abastecimento (Conab). Além do mercado agropecuário, a Bolsa Brasileira de Mercadorias oferece sistemas destinados à realização de licitações públicas e compras privadas, assim como à realização de leilões promovidos pelos setores público e privado.

A Bolsa Brasileira de Mercadorias disponibiliza para o mercado um moderno sistema eletrônico de negociação com dois ambientes de ofertas: o Pregão por Prazo Determinado e o Pregão Dinâmico, idealizados para receber ofertas de compra ou venda de produtos agropecuários e de títulos garantidos por instituições financeiras ou seguradoras.

O Pregão por Prazo Determinado, como diz o nome, é para ofertas com prazo ou tempo estabelecido pelo ofertante. Encerrado o prazo, o negócio é considerado fechado, ganhando o participante que oferecer, em geral, o menor preço.

Já o Pregão Dinâmico obedece aos princípios gerais do pregão por prazo determinado, exceto quanto ao pronto fechamento do negócio, que se dá no exato momento que um participante oferece um lance igual ao preço ofertado.

Os sistemas permitem aos operadores negociarem produtos e títulos nos mercados da Bolsa Brasileira de Mercadorias via internet e em ambiente altamente seguro.

REGISTRO DE NEGÓCIOS DE BALCÃO PARA PRODUTOS FÍSICOS E TÍTULOS

A Bolsa criou o Registro de Negócios de Balcão para Produtos Físicos e Títulos, visando incentivar o registro de negócios realizados entre compradores e vendedores, com a intermediação de corretoras associadas.

O registro foi construído para aceitar as condições pactuadas entre as partes, de modo a não interferir nas condições

do negócio, que são dinâmicas e admitem as mais variadas formas de fixação de preços, concessão de adiantamentos, pagamento no ato da formalização do negócio ou pagamento contra entrega da mercadoria ou do título, com sinal ou sem sinal.

LEILÕES DA CONAB

A Bolsa Brasileira de Mercadorias tem contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para realizar leilões dos produtos dos estoques governamentais e dos instrumentos de apoio à comercialização, definidos pelo Governo Federal.

A Bolsa, que tem sede administrativa em São Paulo, conta com oito Centrais Regionais de Operações (Uberlândia-MG, Belo Horizonte-MG, Curitiba-PR, Porto Alegre-RS, Campo Grande-MS, Goiânia-GO, São Paulo-SP, Fortaleza-CE), além dos escritórios do Rio de Janeiro e de Brasília, que estão preparadas para operar os leilões públicos com estrutura de atendimento às corretoras de mercadorias e ao público em geral.

PREGÃO ELETRÔNICO - LICITAÇÕES PÚBLICAS E DE COMPRAS PRIVADAS

Na área de prestação de serviços para o setor público, a Bolsa Brasileira de Mercadorias desenvolveu o sistema de licitação – modalidade pregão, para aquisições de bens e serviços comuns pela União, pelos Estados e pelos Municípios, de acordo com a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Caso a prestação de serviços seja para o setor privado, oferece o sistema de compras – modalidade pregão, também para aquisições de bens e serviços.



SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NEGÓCIOS COM ALGODÃO EM PLUMA

Um dos setores mais modernos e pujantes do agronegócio brasileiro é o de algodão, que alcançou a marca de 1,1 milhão de toneladas de algodão em pluma produzidas na safra 2009/2010, e, entre janeiro e dezembro de 2010, o setor exportou 513 mil toneladas, atingindo o valor de US\$ 822 milhões, de acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Para a safra de 2010/11, ainda segundo o Mapa, o setor algodoeiro deverá produzir entre 1,6 e 1,7 milhão de toneladas para atender a uma demanda crescente do mercado internacional.

E é impossível falar de algodão e não citar o vínculo histórico do setor com a BM&FBovespa. Produtores e exportadores de algodão têm suas raízes desde a antiga Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) fundada em 1917, que se incorporou à antiga BM&F em 1991.

Existem corretoras operando há mais de 60 anos em São Paulo, frutos do trabalho de gerações. Já naquela época, a BMSP passou a registrar os contratos de compra e venda à vista e a termo de algodão em pluma, intermediados por suas corretoras.

Ao longo desses anos, a BMSP desenvolveu o registro desses contratos, incorporou a eles a possibilidade de as partes recorrerem ao Juízo Arbitral para solucionar possíveis conflitos surgidos quando do descumprimento das obrigações assumidas.

Complementarmente, a “Bolsinha”, com era conhecida a BMSP, passou a consolidar as informações disponíveis nos contratos registrados e a disponibilizá-las diariamente para o mercado.

Com a criação da Bolsa Brasileira de Mercadorias, foram a ela transferidas as corretoras e as atividades de registro dos contratos de algodão, de consolidação das informações neles disponíveis e de divulgação das informações estatísticas.

Hoje, mais de 70% do algodão produzido no Brasil são registrados na Bolsa Brasileira de Mercadorias, graças à forte atuação das suas corretoras associadas na intermediação dos negócios, que trazem em sua bagagem muito conhecimento na comercialização desse produto.

IMPARCIALIDADE E SEGURANÇA SÃO RECONHECIDAS POR ENTIDADES

A segurança das informações diárias prestadas pela Bolsa Brasileira de Mercadorias levou a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a partir de iniciativa da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea) e Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a propor à Bolsa a criação de um sistema que permitisse o cadastro de informações de todos os negócios com algodão, inclusive os não intermediados por corretores da Bolsa.

Em agosto de 2009, a Bolsa implantou um novo Sistema de Informações de Negócios com Algodão em Pluma (Sinap) com capacidade para consolidar em suas estatísticas todas as infor-

mações de contratos de compra e venda de algodão em pluma intermediados por corretoras, bem como os realizados diretamente pelos agentes, exclusivamente para fins estatísticos. O objetivo é consolidar nas estatísticas 100% dos negócios com algodão produzido no Brasil ou importado.

Dentro das regras, somente os negócios intermediados e registrados por corretoras estão submetidos aos regulamentos do Juízo Arbitral para dirimir controvérsias de qualquer natureza.

A grande fatia da comercialização do algodão acontece antes da safra. Por isso, as estatísticas passam a ser muito valiosas, e o Sinap foi enriquecido com inserção de mais informações sobre os negócios que fazem parte dos relatórios estatísticos disponibilizados pela Bolsa.

Dá para saber, por exemplo, o volume negociado de produtos que serão destinados aos mercados interno, externo, bem como os importados, em qual unidade da Federação foram produzidos, o ramo de atividade dos compradores e vendedores, as quantidades negociadas por safras, a forma de definição dos preços, se já fixados ou a fixar, os meses de entregas, os portos por onde os produtos serão escoados no caso de exportação e outras informações importantes. É importante frisar que o Sinap apenas apresenta informações gerais consolidadas, mantendo a confidencialidade dos dados individuais dos negócios.

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA E CREDENCIAMENTO

A maioria dos contratos de compra e venda de algodão em pluma, no Brasil, é registrada por corretoras, cujas informações sobre negócios cadastrados são confidenciais e a tivadas no sistema para estatísticas somente após “aceites” das partes contratantes. O objetivo do “aceite” é evitar erros que possam comprometer as informações.

O Sistema é operado por meio da internet, e, para se credenciar como usuário, o interessado deverá procurar uma corretora para providências de credenciamento e preencher a “documentação cadastral”, conforme divulgado no *website* da Bolsa (www.bbmnet.com.br).

A Bolsa divulga em seu *site* e mantém atualizada uma relação de nomes de corretoras que operam no mercado de algodão.

Após o credenciamento, o usuário obterá a chave e senha de acesso ao Sistema para cadastrar as informações dos seus negócios com algodão em pluma.

A Bolsa Brasileira de Mercadorias poderá solicitar, a qualquer tempo, cópias dos contratos de compra e de venda de algodão em pluma, cujas informações foram objeto de registro no Sistema.

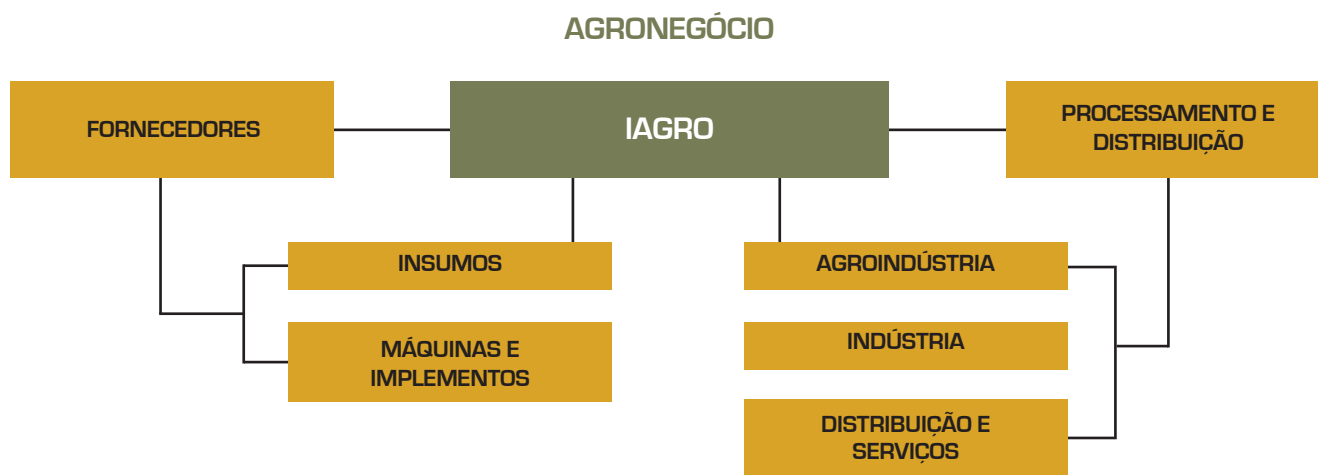
Veja a página eletrônica do Sistema de Informações de Negócios com Algodão em Pluma - www.bbmnet.com.br - acesso Cadastro de Algodão.

IAGRO

SISTEMA DE REGISTRO DE INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO - IAGRO

A partir de uma demanda de mercado, a Bolsa Brasileira de Mercadorias desenvolveu o Serviço de Registro de Informações do Agronegócio (IAGRO) com o objetivo de constituir um banco de dados com informações sobre negócios realizados entre os vários agentes das cadeias produtivas que formam o agronegócio brasileiro. A finalidade deste serviço de registro criado pela Bolsa é permitir consultas acerca do comprometimento financeiro, sobretudo de produtores e cooperativas, para com os demais agentes da cadeia produtiva participantes do sistema.

O IAGRO, que será lançado no primeiro trimestre de 2011, é um sistema escritural disponibilizado pela Bolsa a Registradores por ela autorizados. Esses Registradores irão inserir no banco de dados as informações contidas nos documentos utilizados para a formalização dos negócios realizados entre os agentes do agronegócio.



“As empresas que atuam no mercado, sobretudo o de *commodities*, em que as margens operacionais são extremamente apertadas, precisam minimizar os riscos do negócio. Para isso, necessitam de cuidadosa análise de crédito, e, neste sentido, o IAgro vem somar e suprir uma importante lacuna hoje existente por ser uma ferramenta complementar ao gerenciamento de risco de crédito”, comentou Roberto Ricardo Barbosa Machado, gerente de títulos e registros da Bolsa.

De acordo com Machado, as empresas que financiam o produtor rural atuam como se fossem bancos, mas, não sendo, não podem consultar a Central de Riscos do Bacen.

As *tradings* de grãos e as empresas de insumos formalizam seus negócios ao longo do ano através de contratos a termo, cessões de crédito, duplicatas, notas promissórias rurais, CPRs físicas e financeiras, duplicatas mercantis. O IAgro irá armazenar no banco de dados, através do CPF ou CNPJ do produtor e ou do CNPJ da Cooperativa, por exemplo, as informações contidas em todos esses documentos, cruzando-as, posteriormente, para produzir informações consolidadas sobre o CPF ou o CNPJ selecionado.

O sistema foi desenvolvido para receber o registro tanto das informações contidas nos documentos quanto as suas correções, prorrogações, cancelamentos, utilização em garantia de operações realizadas etc., possibilitando maior transparência nas negociações realizadas entre os agentes do agronegócio brasileiro.

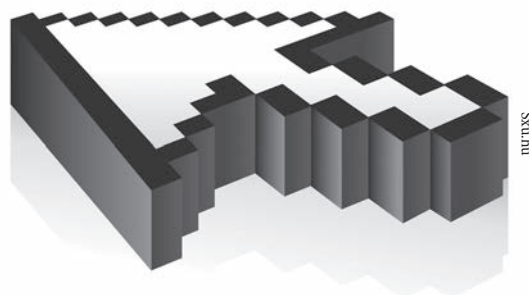
Os Registradores poderão ser produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas), cooperativas de produtores rurais, agroindústrias, indústrias químicas, de insumos, de máquinas e implementos, de veículos e outras entidades participantes da cadeia do agronegócio que realizem negócios com produtores rurais e cooperativas, comerciantes e exportadores do complexo do agronegócio.

Atuando como Registrador, o produtor rural poderá apresentar informações sobre seu comprometimento financeiro e, assim, negociar condições comerciais melhores com seus fornecedores.

O IAgro aceitará o registro de informações extraídas dos documentos utilizados na formalização dos negócios, como con-

tratos de Compra e Venda a Termo; Cédulas de Produto Rural; Cessões de Crédito; Duplicatas Mercantis e Notas Promissórias Rurais emitidas por produtores em favor de suas cooperativas.

Caberá aos Registradores a obtenção da anuência formal de suas contrapartes antes de proceder ao respectivo registro, no banco de dados do IAgro, das informações pertinentes aos negócios realizados entre ambos.



CORRETORAS E REGISTRADORES

As Corretoras serão responsáveis pelo recebimento e exame da documentação necessária ao credenciamento do Registrador (empresa ou pessoa física) no IAgro, assim como pela formalização e acolhimento do Termo de Adesão e o consequente fornecimento de chave e senha para operar o sistema. No entanto, a Corretora não terá acesso às informações incluídas no sistema pelo Registrador ou por seus usuários. As informações serão inseridas no banco de dados, disponível no *site* da Bolsa (www.bbmnet.com.br) diretamente pelo Registrador. A inclusão de informações poderá, também, se dar pela remessa de arquivo eletrônico criptografado, sem a interferência de terceiros, de modo a garantir a total confidencialidade dos negócios registrados.

AMBIENTE SEGURO

A senha fornecida pela Corretora ao Registrador servirá apenas para o primeiro acesso ao Sistema, devendo este trocá-la por senha por ele criada, viabilizando, assim, a segurança necessária para o registro de informações.

O uso da senha de acesso ao IAgro é de exclusiva responsabilidade do Registrador. A partir da senha fornecida pela Corretora ao Registrador, este poderá emitir a quantidade de senhas individuais que se fizer necessária para controle da sua atividade operacional. Ou seja: a senha do Registrador será uma senha privilegiada, a partir da qual será possível credenciar tantos usuários operacionais quantos sejam necessários na sua operação (escritórios, filiais, depósitos, representantes, colaboradores etc.). Não haverá limitação para emissão de senhas individuais.

Somente poderão ser registradas informações sobre negócios formalizados em conformidade com a legislação em vigor. O prazo para registro de Informações de Documento no Sistema será de até 30 dias contados da data de sua formalização, sendo que após esse prazo o registro será recusado e são passíveis de Registro as Informações sobre Documentos custodiados pelos Registradores.

LANÇAMENTO PREVISTO PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE

O Sistema IAgro aceitará registro de informações relativas aos detentores de:

- Contratos de Compra e Venda a Termo;
- Cédulas de Produto Rural;
- Cessões de Crédito;
- Notas Promissórias Rurais emitidas por produtores em favor de suas cooperativas;
- Duplicatas Mercantis.

CORRETORAS

As Corretoras são responsáveis pelo recebimento e exame da documentação necessária ao credenciamento do Registrador (empresa ou pessoa física) no IAgro, assim como pela formalização e acolhimento do Termo de Adesão ao IAgro e pelo fornecimento de chave e senha. No entanto, a Corretora não terá acesso às informações inseridas no sistema pelo Registrador ou por seus usuários.



BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS: BBMNET

LICITAÇÕES ELETRÔNICAS PARA O SETOR PÚBLICO E PRIVADO

A Bolsa Brasileira de Mercadorias lançou em setembro de 2010 uma nova plataforma de licitações e compras eletrônicas, a BBMNet, que opera em três modalidades: Pregão para aquisição de bens e serviços, Cotação para aquisições de bens de menor valor (dispensa); e Leilão para venda de bens inservíveis.

O sistema está preparado para realizar eletronicamente tanto as licitações e os leilões promovidos pelos órgãos da administração pública quanto as compras e os leilões promovidos pelas empresas do setor privado.

O objetivo da Bolsa com o seu sistema de licitações e compras eletrônicas é o de proporcionar aos usuários do sistema maior segurança, agilidade, customização de recursos, economia de tempo e controle eficiente das licitações e compras, tudo com muita transparência, favorecendo a prestação de contas e, principalmente, contribuindo para uma importante redução dos custos das aquisições e contratações pelos órgãos públicos.

“O sistema anterior (que operava desde 2001 e foi o primeiro sistema de pregão eletrônico a entrar em operação no Brasil) demandava atualização tecnológica, aperfeiçoamentos e introdução de algumas funcionalidades que ao longo do tempo foram se mostrando necessárias, tanto em razão da própria evolução tecnológica experimentada pela indústria de *hardware* e *software*, quanto do conhecimento e da

experiência adquiridos e vivenciados com o rotineiro uso do sistema pelos promotores de licitações e compras eletrônicas. Além de contar com uma nova e moderna tecnologia de informação, a nova plataforma eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias, colocada a serviço do mercado, atende com rapidez e agilidade às principais demandas apresentadas pelos pregoeiros dos órgãos públicos e compradores da iniciativa privada”, comentou Antonio Avante Filho, gerente administrativo e de licitações da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

No desenvolvimento do novo sistema, a Bolsa utilizou o que há de mais moderno em Tecnologia da Informação. Além disso, o sistema está hospedado na infraestrutura de informática da BM&FBovespa e opera a partir de três grandes servidores, de última geração, interligados, que garantem a necessária segurança e uma excelente performance na realização das operações.

Para os setores público e privado, o novo sistema oferece uma maior facilidade para fazer *download* de relatórios gerenciais. Por meio de filtros de pesquisa, é possível fazer uma completa varredura em todas as licitações e compras realizadas e a se realizar (aquelas já programadas e inseridas no sistema), selecionar e baixar o relatório desejado e até transportá-lo para outros aplicativos, como o Excel e o PDF.

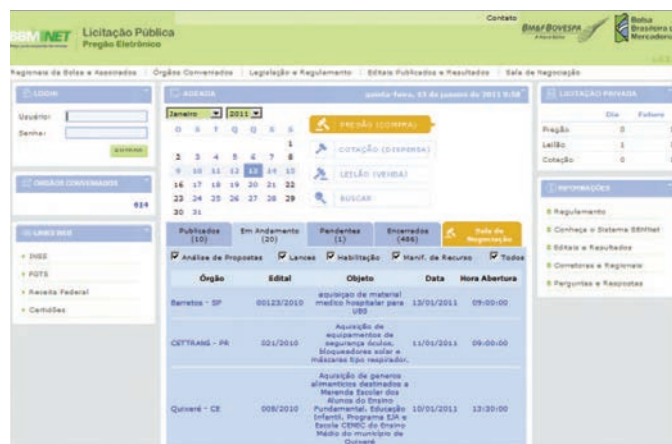
Na nova plataforma, também é possível a recuperação e o aproveitamento, com grande praticidade, de informações sobre licitações e compras anteriores armazenadas na base de dados, o que facilita o trabalho de pregoeiros e compradores em caso de se fazer uma nova aquisição do mesmo item ou produto.

O BBMNet Licitações Eletrônicas permite até 200 ações de usuários num mesmo segundo, o que cria espaço para a realização de inúmeros processos simultâneos de compras, que era uma reivindicação dos pregoeiros de órgãos públicos.

“Temos recebido depoimentos de alguns pregoeiros manifestando sua satisfação com uma facilidade em introduzida na nova plataforma: numa mesma tela, o pregoeiro ou comprador possui todos os comandos necessários para gerenciar uma disputa durante um processo de compra e ainda consegue personalizar a visualização da tela, conforme sua necessidade e conveniência”, relatou Avante.

A total transparência do processo de compras, no caso das compras do setor público, está plenamente garantida no sistema. A sociedade em geral tem acesso e pode acompanhar integralmente, pela internet, em tempo real, as principais etapas da disputa.

A Bolsa, em paralelo, dá o apoio necessário a todos os gestores públicos e compradores privados oferecendo os treinamentos necessários, sejam eles *in loco* ou *on-line*, além de disponibilizar em seu *site* um tutorial em vídeo, no qual as entidades também podem a qualquer momento fazer consultas e tirar suas dúvidas. A Bolsa também conta com consultores especializados para atendimento *on-line* das demandas apresentadas pelos usuários do sistema.



Capa da Licitação Pública: BBMNet

BENEFÍCIOS DA NOVA PLATAFORMA DE LICITAÇÃO E COMPRA ELETRÔNICA BBMNET

A nova plataforma também conta com mais de 30 comandos e inovações, dentre as quais podemos destacar:

1. Banco de itens com mais de 100 mil produtos cadastrados;
2. Aplicação automática do desempate para atender ao direito de prioridade da ME-EPP (microempresa - empresa de pequeno porte), no caso das compras públicas;
3. Opção de fechamento do pregão por tempo aleatório (randômico) ou por prorrogação automática;
4. Sala de negociação com a possibilidade de controlar e acompanhar até dez sessões simultaneamente;
5. Recursos e contra razão por meio eletrônico, via inserção de documento no sistema, para as compras públicas;
6. Páginas (telas) das sessões com atualização automática, sem a necessidade de *refresh* (atualização da página) manual;
7. Divulgação dos preços individuais dos itens após negociados;
8. Solicitação de esclarecimento dos editais por meio eletrônico;
9. Encaminhamento automático dos editais aos corretores, licitantes e fornecedores cadastrados, conforme a linha de produto negociado;
10. Possibilidade de fazer um pregão com cálculo de ICMS e IPI nos lotes;
11. Relatórios gerenciais com as informações dos negócios e a possibilidade de fazer *download* da relação para planilhas em Excel;
12. Bons filtros de pesquisa de editais e resultados;
13. Variação mínima dos lances pode ser definida pelo pregoeiro ou comprador;
14. Tutoriais *on-line* em cada fase do processo de compra para auxiliar os usuários;
15. Possibilidade de o pregoeiro ou comprador retornar fases e reiniciar o processo de compra a partir de qualquer etapa anterior para sanear possíveis problemas;



16. Possibilidade de convocar o segundo colocado retornando o processo de compra para a etapa de aceitação, com a abertura automática de ata complementar;
17. O sistema informa por *e-mail* eventuais alterações do edital para todos os licitantes e fornecedores que fizeram *download* do edital;
18. Possibilidade de o pregoeiro ou comprador enviar uma mensagem para todos os *chats* de todos os lotes do edital;
19. Possibilidade de incluir nomes de impedidos, evitando que inidôneos participem dos pregões;
20. Ata da sessão, termo de adjudicação e termo de homologação fornecidos automaticamente;
21. *Site* exclusivo para treinamentos e outras funções, além de atualizações contínuas no sistema.

"O BBMNet é o sistema eletrônico de licitações mais moderno do Brasil. Realizo pregões há cerca de seis anos, conheço vários sistemas, mas não são tão bons quanto o da Bolsa", comentou Wagner Augusto da Silva Granetto, pregoeiro da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR).



Saxhu

BOI

COMERCIALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA CARNE BOVINA EM BOLSA

A bovinocultura de corte representa um dos maiores segmentos do agronegócio brasileiro, gerando faturamento de mais de R\$ 50 bilhões ao ano e mais de 7,5 milhões de empregos distribuídos por toda a cadeia produtiva (do campo à indústria) de Norte a Sul do País.

Com um rebanho bovino de cerca de 193 milhões de cabeças, o custo de produção da pecuária está entre os mais baixos do mundo, o que traz uma grande vantagem competitiva.

Para que o setor dê conta de um abate anual de 44 milhões de cabeças, a comercialização é o ponto-chave na transformação desses animais em 9,2 milhões de toneladas equivalente-carcaça.

A comercialização bovina, tradicionalmente, tem acontecido de forma direta (pecuarista e frigorífico) e indireta (pecuarista – corretor de mercado físico – frigorífico) ou ainda através de leilões de gado de corte em lotes. Estes leilões acontecem nas regiões produtoras ou pelas televisões que os transmitem ao vivo.

A partir de abril de 2010, a comercialização bovina ganhou um aliado no processo de distribuição dos animais da taxa de abate nacional (ao redor de 23%) com a entrada no mercado da operação dos leilões eletrônicos na Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Disputando um mercado que até então era negociado nos processos tradicionais, a Bolsa recebeu mais de 1.200 cabeças



em oferta, com o total negociado de 843 cabeças bovinas, gerando o resultado de R\$ 911,4 mil ao longo de 2010.

O ano começou bem. Apenas em janeiro de 2011, já foram negociados pela Bolsa 568 animais com o valor total de R\$ 643,8 mil. Com isso, os dados ainda preliminares antes do fechamento do mês, haviam sido negociados R\$ 1,55 milhão com volume de 1.411 animais, consolidando a negociação eletrônica do boi na Bolsa.

De acordo com diretor-geral da Bolsa, Ivan Wedekin, a comercialização eletrônica é, certamente, uma tendência. A principal barreira, segundo ele, é a cultural, porque os participantes do mercado estão habituados há décadas com o sistema de comercialização atual.

BENEFÍCIOS AO MERCADO DA CARNE BOVINA

Pelo sistema, desenhado em parceria com os segmentos produtivos, cada operação custará 0,5% sobre o valor total. O preço inicial da oferta da mercadoria (bovinos) é definido pelo pecuarista.

O preço final será definido em função da demanda dos compradores de bovinos.

A indústria só poderá retirar o gado dos currais se o dinheiro estiver na conta de liquidação da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

O sistema eletrônico da Bolsa comportará três modalidades de operações. Na venda em leilão, o produtor fará a oferta no sistema eletrônico, detalhando as características do rebanho de boi gordo – apenas animais entre 15 e 23 arrobas. Ele transformará o gado em arrobas de carne e fixará um preço mínimo por arroba. De outro lado, o frigorífico fará sua oferta. Em caso de negócio, o frigorífico fixará, até as 16 horas do mesmo dia, a escala de recolhimento e de abate dos animais. Dois dias úteis antes, terá de depositar 90% do valor da operação na conta de liquidação da Bolsa, que avisará o pecuarista para preparar os animais. Em seguida, o frigorífico emitirá o “romaneio de abate”, com valor total de arrobas e preço final.

O prazo será até o meio-dia do dia útil seguinte. Depois, a Bolsa fará o cálculo de liquidação. Se der a menos, a Bolsa devolverá a diferença ao frigorífico. Se der a mais, o ajuste será feito entre as partes (pecuaristas e frigoríficos). Esse novo produto (comercialização eletrônica de bovinos), ainda está pequeno, porque se trata de uma mudança de cultura, é um leilão de carne bovina dentro da Bolsa, e quem pode participar são pecuaristas e frigoríficos interessados em negociar bois prontos para o abate, que são animais gordos com peso entre 15 a 23 arrobas. Esses agentes devem entrar em contato com os corretores cadastrados na Bolsa para emitir suas ordens de compra e venda.

TRÊS FORMAS DE VENDER BOIS NA BOLSA

A primeira é a negociação de balcão, que se assemelha muito com o procedimento tradicional, no qual pecuarista e frigorífico

“A pecuária bovina brasileira e a indústria de carnes são uma das mais competitivas do mundo. O Brasil detém cerca de 30% das exportações mundiais de carne bovina. É um negócio grande. O que nós estamos oferecendo é uma plataforma eletrônica em que pode ser comercializado o boi, da mesma maneira que as pessoas podem comprar televisor, geladeira, ou qualquer produto pela internet”, enfatizou Wedekin, que tomou posse como diretor-geral da Bolsa Brasileira de Mercadorias no dia 14 de outubro de 2010.



negociam diretamente. A diferença é que se registra essa operação na Bolsa, e o frigorífico tem de fazer o depósito de 90% do valor na Bolsa antes do recebimento dos animais para abate.

A segunda modalidade é o pregão, no qual o pecuarista oferta o lote e define um preço mínimo. A terceira é um balcão a termo, com prazo determinado, mas com registro em Bolsa.

À indústria frigorífica de pequeno e médio porte, o sistema daria regularidade de oferta, planejamento das escalas de abate e melhor utilização da capacidade industrial. A Bolsa ganharia mais liquidez, geraria novos negócios e se consolidaria como opção real para unir as pontas do mercado físico ao mercado de opções e futuros.

“Estamos vendo formas de melhorar a comercialização agropecuária, tanto para o pecuarista, que é um vendedor natural,



como para o frigorífico. Se nós olharmos para uma perspectiva de dez anos, exigirá que sejamos ainda mais eficientes em todo o ciclo do processo (da criação ao abate). A Bolsa está calejada de pensar em longo prazo, e esse projeto Leilão da Carne Bovina está dentro desta visão de longo prazo”, declarou Wedekin.

OPERACIONALIZAÇÃO NA BOLSA

As ofertas no pregão eletrônico poderão ser originadas tanto pelo comprador quanto pelo vendedor por intermédio de uma sociedade corretora da Bolsa (Corretor). Primeiramente, os clientes serão cadastrados no sistema e, depois da habilitação, poderão participar dos certames (pregões).

Na Bolsa, todas as ofertas são firmes, e, a partir do momento que o preço entre as partes for alcançado, o negócio estará fechado, podendo ser melhorado ou não, dependendo dos demais participantes.

O Pregão por Prazo Determinado (padrão da negociação com bovinos de corte), como o próprio nome diz, tem início e fim predeterminados, mas se houver alguma oferta nos últimos segundos do fechamento, o sistema prorrogará automaticamente para propiciar maior concorrência.

Fechada a operação, o sistema gerará uma nota de negociação para as duas partes, sendo, a partir daí, iniciado o processo de liquidação em Bolsa.

O pagamento será feito três dias antes da data fixada para o recolhimento dos animais. Após a entrada do recurso na conta de liquidação, a Bolsa entrará em contato com o vendedor para que faça a devida entrega dos animais.

No mesmo dia do fechamento da operação, o frigorífico informa à Bolsa os dias de recolhimento dos animais, e este prazo não poderá exceder a dez dias da data de negociação.

Cabe ao pecuarista tomar todas as providências para que, no prazo estabelecido para a chegada dos caminhões, o gado já esteja apartado e pronto para o transporte, juntamente com todos os documentos fiscais, sanitários e de guia de transporte.

O “romaneio” ou “romaneio de abate” que registrará a efetiva entrega de carne, juntamente com todas as ocorrências verificadas. Este documento deverá ser enviado para a Bolsa para que esta efetue o pagamento para o vendedor (pecuarista).

RECURSOS DE R\$ 8 BILHÕES PARA FINANCIAR O COMPRADOR

O mercado de leilões eletrônicos é bastante promissor. Em agosto de 2010, a Bolsa Brasileira de Mercadorias assinou convênio de cooperação financeira com o Banco do Brasil e a Cielo.

A partir de então, a plataforma eletrônica BBMNet, que comercializa boi na Bolsa, terá à ponta compradora (frigorífico)



uma linha de financiamento de R\$ 8 bilhões disponíveis com taxas que variam entre 12 a 13,5% ao ano, dependendo do *rating* de risco de cada cliente.

De acordo com o presidente da Bolsa Brasileira de Mercadorias, Joaquim da Silva Ferreira, o convênio irá ampliar os negócios eletrônicos de carne bovina no BBMNet com o apoio de um financiamento deste porte do Banco do Brasil.

A vantagem da linha, que inicialmente será oferecida aos frigoríficos na compra de bovinos, mas também servirá para qualquer comprador do agronegócio, é dar acesso a uma linha de crédito com os juros para capital de giro mais baixos do mercado, ajudando a empresa compradora a alavancar suas compras.

Além dos frigoríficos, poderão ser atendidos os compradores de feijão, milho, arroz, trigo etc., e até pecuaristas que adquiram seus rebanhos de reposição.

Para ter acesso ao financiamento, a Bolsa envia uma carta ao Banco do Brasil atestando o cadastro do comprador, no caso o frigorífico. O Banco do Brasil irá analisar o crédito e o limite a ser utilizado pelo comprador que for apresentado à Bolsa por meio de uma corretora associada.

O acesso ao financiamento só se dará mediante nota de negociação que será apresentada na agência de relacionamento. Esse dinheiro será sacado da conta-financiamento e depositado na conta de liquidação da Bolsa.

“Ao ofertar linha de crédito para o comprador, o convênio avança mais uma etapa no aprimoramento do processo de comercialização agropecuária no Brasil. Agora, crédito bancário e a plataforma de negociação BBMNet pela internet aproximam cada vez mais compradores e vendedores”, comentou Cesar Henrique Bernardes, gerente de produtos agropecuários da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

O frigorífico que quiser participar dos leilões eletrônicos deve procurar uma das corretoras associadas à Bolsa que constam no site www.bbmnet.com.br. ■



Diário de bordo

Uma boa indicação



Roberto Rodrigues*

O AGRONEGÓCIO brasileiro está se preparando para lançar uma bem estruturada campanha de valorização do setor e de seu principal agente, o produtor rural.

O objetivo é esclarecer para a opinião pública a extrema interligação e interdependência entre o rural e o urbano: um não evolui sem o outro, e todo o mundo está ligado às cadeias produtivas agrícolas, direta ou indiretamente.

A campanha será impessoal e financiada por entidades e empresas das diferentes áreas do agronegócio. Já estão avançados os trabalhos nesta direção, e a expectativa é que até março ela esteja no ar, em todas as mídias conhecidas, como as redes sociais, internet, jornais, revistas, rádio e TV.

A primeira fase durará seis meses, após o que se fará uma avaliação dos resultados para eventual correção do rumo do projeto.

Uma das mais notáveis colaborações sobre o tema vem da ESPM, que, sob a condução do grande craque do Marketing Rural, José Tejon Mejido, da profa. Livia Barbosa, com a assessoria de Coriolano Xavier, fez uma pesquisa exploratória sobre a “percepção da sociedade urbana sobre o agronegócio”.

A primeira foi qualitativa junto à classe C (emergente ascendente) com dois grupos: um de mulheres, na faixa de 25 a 30 anos, e outro de homens, entre 30 e 40 anos. A renda familiar mensal ficou entre R\$ 726 e R\$ 1.195.

A segunda foi uma pesquisa quantitativa com 77 entrevistados da classe A, com 40% de mulheres e 60% homens, com idade entre 16 e 50 anos, renda familiar elevada (72% recebiam mais que R\$ 5.000 mensais), e muito bem informados.

As principais conclusões da pesquisa com a classe C são:

- é bom estar bem informado, isto faz a pessoa sentir-se “incluída, pertencendo”;
- há boa consciência do que seja o agronegócio, e o conceito remete à tecnologia, indústria, ao comércio (isto é, a ideia de cadeia produtiva está latente).
- mas não há intimidade com o assunto: não é um tema discutido nas rodas sociais.
- o produtor rural é identificado como alguém que tem conhecimento, trabalha com afinco.

- mas o tema “rural” também traz à mente a figura do caipira, embora lembre riqueza para o País.
- a agricultura está associada a comer, vestir, beber, e incorpora as ideias de ar fresco e de verde...
- o biocombustível é bem recebido, é “ecologicamente correto”.

Já as principais conclusões da pesquisa com a classe A mostram que 95% já o ouviram falar de agronegócio, e a grande maioria acredita que:

- o setor é fundamental para o desenvolvimento de todas as regiões do País.
- sem o agronegócio, o Brasil não teria sobrevivido comercial.
- a agricultura familiar faz parte do setor.
- a população urbana do País não seria alimentada sem o agronegócio eficiente, que barateou os preços dos alimentos.

No entanto,

- 81% associam agricultura à invasão de terras, ao atraso econômico e à vida calma.
- 58,5% acham que o Brasil é grande o suficiente para caber tudo: orgânico, transgênico, tradicional etc.
- 84,4% acham que o setor protege o meio ambiente, e os demais acham o contrário.
- 8% acreditam que o agronegócio marginaliza o pequeno produtor.

Em síntese, pode-se dizer que:

- há um conhecimento razoável do que seja agronegócio, com percepção positiva.
- há visão negativa quanto às relações com meio ambiente e reforma agrária.
- está clara a importância do setor para o País avançar, mas a vida rural carrega tons de atraso, como o latifúndio.
- está explicitado que o agronegócio está em tudo, mas não é visto.

As pesquisas dão um sinal importante: há clareza quanto ao conceito, mas muita confusão quanto aos temas mais tratados pela mídia, mostrando o que a campanha precisa focar para esclarecer as questões obscuras e reafirmar os pontos positivos. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal



Produzir

Gestão transversal



Cesário Ramalho da Silva*

N O MUNDO, são limitadas e preciosas as terras aptas à agricultura. As limitações mais fáceis de compreender são as climáticas. Não há calor suficiente para agricultura nos polos, na Patagônia, na Taiga, nas cordilheiras e nas montanhas.

Em outras áreas falta água, como as zonas desérticas ou semiáridas. Outras limitações são de relevo. Nas encostas muito inclinadas, com rampa longa, o escoamento da água carrega o solo e os fertilizantes. Há também áreas sujeitas à inundação, onde a atividade agrícola fica comprometida.

Há limitações também relativas às características dos solos. Os muito arenosos não retêm água e nutrientes. Já os solos argilosos estão sujeitos ao encharcamento. Nos solos rasos, as raízes não têm espaço para crescer. Solos pedregosos ou com camadas de impedimento físicas ou químicas não podem ser cultivados. Há também solos salinizados, pobres em nutrientes, excessivamente alcalinos ou ácidos.

Com exceção da falta de calor, encontramos no Brasil todas as limitações relatadas. O sertão nordestino, por exemplo, só pode ser usado pela agricultura com tecnologia sofisticada.

A falta de entendimento deste processo – a manutenção de métodos de cultivo tradicionais – manteve a situação de pobreza lá, apesar do aporte de dinheiro público. Já a conquista do Cerrado, onde predominam solos ácidos e pobres, foi uma grande vitória da agronomia.

Para muitos, a Amazônia é uma floresta uniforme, imensa, intocada, impossível de ser trabalhada. Isso é errado. São muitas as “Amazônias”. Lá existem campos, cerrados e florestas, com diversas situações de solo e relevo.

O desafio é a ocupação racional da região, onde vivem cerca de 20 milhões de pessoas. A regra de manter 80% de reserva legal em cada imóvel só serve para quintuplicar distâncias e aumentar custos. O correto é ocupar de modo planejado, definir áreas em grandes blocos para agricultura e implantar os sistemas de transportes necessários.

Definir e proteger os grandes blocos de florestas destinados à conservação. Não só decretar Unidades de Conservação, mas implantá-las, indenizar e dar destino às populações que ocupam essas áreas. O macrozoneamento anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente deveria ser concebido e implantado por um colegiado de ministérios, a fim de constituir um guia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No Pantanal, o uso brando dos recursos naturais e a pecuária extensiva preservam o ecossistema. Mas o Código Florestal obsoleto coloca a pecuária da região na ilegalidade.

No Sul e Sudeste, de ocupação intensa e antiga, os problemas são outros. São Paulo tem densidade populacional superior à da França. O território é recortado em pequenas áreas por rodovias, ferrovias, cidades, barragens etc. Nessas condições, a recuperação dos ecossistemas depende de planejamento, da possibilidade de restaurar áreas e conectar fragmentos.

Para estabelecer boas políticas ambientais, é preciso dar voz e voto a Estados, municípios, agricultores, empresários e comunidades locais.

O bom planejamento do uso e da ocupação do território é essencial ao desenvolvimento sustentável. Mas é necessário estabelecer mecanismos inteligentes. Política tributária, incentivos fiscais, políticas de renda, pagamentos por serviços ambientais e, em muitos casos, subsídios estatais. Os benefícios são para todos, e os custos precisam ser distribuídos de forma que sejam vistos como justos pela sociedade.

Lamentavelmente, as políticas ambientais têm sido conduzidas de forma isolada pelas instituições especializadas na matéria.

Os resultados são políticas de comando e controle. Políticas de coerção. Promotor, processo, polícia, multa, licença para qualquer atividade. E isso é muito ruim. Investimentos são postergados ou abandonados, empregos são perdidos, custos aumentam, a competitividade da economia brasileira se reduz, e os ganhos ambientais são inexpressivos. É hora de mudar. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



Opinião

Estatística e políticas agrícolas



João Sampaio*

A DISCUSSÃO sobre estatísticas agrícolas no Brasil é tão antiga quanto as incertezas do que e quanto produzir, e juntas elas contribuem para a desconfiança geral sobre os números nacionais de produção. Uma explicação histórica, porém, não científica, vem do fato que durante a colonização portuguesa havia o número real e o dado econômico informado à Coroa, com estoque final indefinido. Estas dúvidas persistem até hoje.

Muito tem se falado sobre a necessidade de uniformizarmos os dados estatísticos agrícolas e da urgência em oferecermos números confiáveis para o mercado, assim como nos superarmos e possuímos levantamentos dos nossos concorrentes.

Nos Estados Unidos, referência global no assunto, há o Serviço Nacional de Estatísticas Agrícolas (cuja sigla em inglês é NASS). É uma agência responsável pela obtenção dos dados. É federal, ligada ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), com escritórios para a execução e condução dos trabalhos nos diversos Estados americanos. O sistema padronizado inclui metodologias de coleta, treinamento, forma de coleta, metodologias de consistência do dado e obtenção do número final.

Começam aí nossas diferenças. No Brasil, a Constituição Federal (Artigo 21, inciso XV) afirma que compete à União organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional, entre estes o serviço de dados agrícolas, cujo órgão é o IBGE. No entanto, temos também os levantamentos da Conab, e, na maioria dos Estados brasileiros, há órgãos oficiais de estatística. No caso da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a atuação do Instituto de Economia Agrícola (IEA). Nada contra a complementaridade dos trabalhos, o problema é que não é padronizado, o que causa desconforto e desinformação.

É fato que tem havido esforços para padronizar as estatísticas brasileiras. O café é o melhor exemplo, em que os levantamentos da Conab são referência para o País. Outro

acordo recente para o setor citrícola permitiu que a *expertise* do IEA no levantamento de safras e estimativa para a laranja combinada aos instrumentos da Conab possam se juntar para um número único no País. O importante é trabalharmos um leque das culturas mais importantes. A agência NASS não realiza levantamentos para todas as lavouras cultivadas, mas para aquelas que influenciam a economia nacional e competem no mercado mundial. Eles já foram além. Hoje, o departamento norte-americano olha por satélite a safra alheia, principalmente daqueles concorrentes diretos nas exportações, entre eles o Brasil.

Outra preocupação é com qualidade e agilidade na produção e difusão destes números. Nos Estados Unidos, o comprometimento do agricultor na hora de oferecer os dados é total, mesmo porque o retorno desta informação também é privilégio daqueles que contribuem para a sua formação. No cinturão da soja e do milho no meio oeste americano, o principal instrumento de assistência técnica das cooperativas e sindicatos é a formação estatística oferecida *on-line* e atualizada a cada duas semanas. Nada mais do que os números de produção, consumo, exportação e o estoque final. No Brasil, esta última variável, o que sobrou para o mercado até a próxima safra, ainda é tabu. Não mostramos os estoques ou não temos controles sobre eles, o que ainda é mais grave.

As parcerias com o Usda foram intensificadas nos últimos anos, e os acordos de cooperação técnica com instituições brasileiras são importantes fontes de difusão e adaptação de tecnologia. Muito mais que importar os modelos, precisamos adequá-los a nossa realidade: três safras durante o ano para a maioria dos grãos, diferentes desafios logísticos e a força de nosso mercado interno. E depois de estudar os modelos, é imprescindível termos um único para todo o País. A definição de políticas agrícolas passa, antes de tudo, pela confiabilidade de nossos dados estatísticos. ■

*João Sampaio é produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em janeiro de 2011 (R\$/unidade)

COLHEITADEIRAS	Modelo	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
Massey Fergusson	MF 32	330.000	347.000	360.000	368.000
Massey Fergusson	MF 34	450.000	450.000	500.000	500.000
Massey Fergusson	MF 9690	460.000	470.000	550.000	550.000
New Holland	CR 9060	630.000	635.000	650.000	720.000
New Holland	CS 660	520.000	490.000	530.000	560.000
New Holland	TC 5090	400.000	445.000	420.000	470.000
New Holland	TC 5070	305.000	345.000	330.000	420.000
Valtra	BC 6500	530.000	620.000	620.000	550.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	680.000	670.000
Valtra	BC 4500	350.000	500.000	350.000	370.000
Jonh Deer	1175 HY	340.000	300.000	359.000	355.000
Jonh Deer	9470	500.000	560.000	520.000	498.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em janeiro de 2011 (R\$/unidade)

TRATORES	Modelo	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
Massey Fergusson	MF 4292/4	100.000	116.000	113.000	115.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	122.000	150.000	140.000	140.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	180.000	180.000	210.000	210.000
New Holland	7030	158.000	171.000	160.000	180.000
New Holland	7040	167.000	180.000	175.000	198.000
New Holland	7060	210.000	225.000	220.000	240.000
Valtra	BM 125-4	122.000	125.000	128.000	137.500
Valtra	BM 185-4	176.000	200.000	190.000	215.000
Valtra	BM 205-4	205.000	210.000	215.000	224.000
Jonh Deer	7715	215.000	215.000	230.000	219.000
Jonh Deer	7815	230.000	245.000	255.000	238.000
Jonh Deer	8430	375.000	350.000	400.000	385.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de pulverizadores em janeiro de 2011, referência São Paulo (R\$/unidade)

Modelo	Fabricante	Volume e largura da barra	Bomba	Preço
Barra de 3 pontos				
Condorito	Jacto	400 l/9,5m	38 l/min	R\$ 5.940,00
Condor M12	Jacto	600 l/12m	75 l/min	R\$ 8.968,00
Barra carreta				
Advanced AM18	Jacto	2000 l/14m	100 l/min	R\$ 52.000,00
Advanced AM21	Jacto	3000 l/21m	150 l/min	R\$ 66.500,00
Automotriz				
Uniporte 2000	Jacto	2000 l/ 21m	150 l/min	R\$ 360.000,00
Uniporte 3000 vortex	Jacto	3000 l/24m	150 l/min	R\$ 475.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um produtor que queira, em janeiro de 2011, comprar um pulverizador, modelo Advanced AM18 (bomba de 2 mil litros), da Jacto, cujo preço é R\$ 52.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 50% (R\$ 26.000,00) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para junho/11). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 9,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R\$ 58.453,40 pelo pulverizador, com uma parcela média de R\$ 3.245,34 ao mês.

*R\$ 52.000,00 – R\$ 26.000,00 (50% de entrada)

Data de Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação	Parcela
15/06/11	26.000,00	2.600,00	1.014,87	3.614,87	1
15/12/11	23.400,00	2.600,00	1.089,33	3.689,33	2
15/06/12	20.800,00	2.600,00	968,29	3.568,29	3
15/12/12	18.200,00	2.600,00	847,26	3.447,26	4
15/06/13	15.600,00	2.600,00	722,16	3.322,16	5
15/12/13	13.000,00	2.600,00	605,18	3.205,18	6
15/06/14	10.400,00	2.600,00	481,44	3.081,44	7
15/12/14	7.800,00	2.600,00	363,11	2.963,11	8
15/06/15	5.200,00	2.600,00	240,72	2.840,72	9
15/12/15	2.600,00	2.600,00	121,04	2.721,04	10
Total		26.000,00	6.453,40	32.453,40	-
Total pago: R\$ 26.000,00 (entrada) + R\$ 32.453,4 (financiamento) = R\$ 58.453,4					

Produção agrícola brasileira

Quarto levantamento de safra de grãos 2010/2011: estimativa de produção (mil toneladas)

PRODUTO	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10 Previsão ¹ (A)	2010/11 Estimativa ² (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.383,6	2.504,7	1.890,6	1.843,1	2.860,1	55,2
AMENDOIM TOTAL	225,7	303,1	300,6	226,0	244,4	8,8
AMENDOIM 1ª SAFRA	182,0	256,2	246,1	191,9	209,3	9,8
AMENDOIM 2ª SAFRA	43,7	46,9	54,5	34,1	31,1	2,9
ARROZ	11.315,9	12.074,0	12.602,5	11.660,9	12.638,2	7,8
AVEIA	378,0	230,2	232,2	244,1	379,0	55,3
CANOLA			-	42,2	69,7	65,2
CENTEIO	5,9	4,9	6,1	4,8	3,2	-33,3
CEVADA	205,8	264,7	237,0	201,4	261,7	29,9
FEIJÃO TOTAL	3.339,8	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.465,8	4,2
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.568,0	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.540,0	4,9
FEIJÃO 2ª SAFRA	996,6	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.140,3	11,5
FEIJÃO 3ª SAFRA	775,2	832,3	774,5	836,6	785,5	-6,1
GIRASSOL	106,1	147,1	109,4	80,6	101,6	22,0
MAMONA	93,7	123,3	92,5	100,6	160,2	60,0
MILHO TOTAL	51.369,7	58.652,2	51.003,9	55.968,0	52.723,6	-6,1
MILHO 1ª SAFRA	36.596,7	39.964,1	33.654,9	34.079,2	31.511,2	-8,0
MILHO 2ª SAFRA	14.773,0	18.688,1	17.349,0	21.888,8	21.212,4	-3,1
SOJA	58.391,8	60.017,7	57.165,5	68.688,2	68.553,3	-0,2
SORGO	1.497,1	1.985,5	1.934,9	1.624,2	1.959,1	20,7
TRIGO	2.233,7	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	15,0
TRITICALE	203,8	211,9	184,7	172,1	125,3	-27,1
BRASIL	131.750,6	144.137,3	135.134,5	149.204,9	149.416,9	-0,1

Fonte: Conab

(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

Produção pecuária brasileira

Produção nacional de aves

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Alojamento pintos de corte (milhões de cab.)	5.145,1	4.571,2	5.145,1	5.462,9	5.557,0	6.100,5	6.405,50
Produção (1.000 t)	9.348,0	9.353,7	10.305,2	11.032,8	11.021,2	12.266,3	12.879,60
Exportação (1.000 t)	2.845,9	2.713,0	3.286,8	3.645,5	3.634,5	3.843,5	4.035,70
Disponibilidade interna (1.000 t)	6.502,1	6.640,7	7.018,4	7.387,3	7.386,7	8.422,8	8.843,90
População (milhões de habitantes)	183,38	185,56	187,64	189,61	191,48	193,25	194,93
Disponibilidade per capita (kg/hab./ano)	35,5	35,8	37,4	39,0	38,6	43,6	45,40

1) O alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne

2) Produção. Fonte: Assoc. Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

3) Exportação. Fonte: Secex

4) População. Fonte: IBGE

* previsão

Produção nacional de suínos

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Rebanho (1.000 cabeças)	34.063,9	35.173,8	35.945,0	36.819,0	37.840	38.975,20	40.144,50
Produção (1.000 t equiv. carcaça)	2.708,0	2.943,0	2.998,0	3.026,0	3.190,0	3.285,70	3.384,30
Importação (1.000 t equiv. carcaça)	0,7	0,7	0,3	0,4	0,4	0,6	0,6
Exportação (1.000 t equiv. carcaça)	621,7	525,0	603,9	537,1	617,9	556,4	573,1
Disponibilidade interna (1.000 t equiv. carcaça)	2087,0	2418,7	2394,4	2489,4	2572,5	2.729,90	2.811,80
População (milhões de habitantes)	183,38	185,56	187,64	189,61	191,48	193,25	194,93
Disponibilidade per capita (kg/hab./ano)	11,4	12,8	13,1	13,4	14,1	14,4	14,40

1) Rebanho. Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

2) Exportação e Importação. Fonte: Secex

3) População. Fonte: IBGE

4) Produção de carne: Abipecs

* previsão

Produção nacional de bovinos

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Rebanho (1.000 cabeças)	207.156,7	205.886,2	199.752,0	202.287,2	204.854,4	208.951,5	215.220,00
Produção (1.000 t equiv. carcaça)	9.228,7	10.183,6	10.083,9	8.834,6	8.474,1	8.916,5	9.184,0
Importação (1.000 t equiv. carcaça)	52,5	27,2	31,1	30,0	39,3	36,5	37,6
Exportação (1.000 t equiv. carcaça)	1.923,1	2.178,0	2.285,0	1.919,5	1.702,7	1.746,5	1.798,90
Disponibilidade interna (1.000 t equiv. carcaça)	7.358,1	8.032,8	7.830,0	6.949,9	6.810,7	7.206,5	7.422,70
População (milhões de habitantes)	183,38	185,56	187,64	189,61	191,48	193,25	194,93
Disponibilidade per capita (kg/hab./ano)	40,1	43,3	41,7	36,6	35,6	37,3	38,1

1) Rebanho. Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

2) Exportação e Importação. Fonte: Secex

3) População. Fonte: IBGE

Produção nacional de rações (mil toneladas)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Avicultura	24.453,4	26.771,1	27.015,2	29.704,0	32.263,0	32.640,0	34.130,0
Corte	20.841,7	22.856,1	23.391,9	25.568,0	27.638,0	27.820,0	29.300,0
Postura	3.611,7	3.915,0	3.623,3	4.136,0	4.625,0	4.820,0	4.830,0
Suínocultura	11.552,9	12.392,8	13.136,3	14.195,0	15.374,0	15.330,0	15.370,0
Bovinocultura	5.165,0	5.375,2	5.320,6	6.458,0	7.321,0	6.780,0	7.150,0
Corte	1.380,7	1.570,2	1.510,6	2.039,0	2.547,0	2.360,0	2.520,0
Leite	3.784,3	3.805,0	3.810,0	4.419,0	4.774,0	4.420,0	4.630,0
Pet Food	1.430,7	1.562,4	1.680,9	1.849,0	1.990,0	1.930,0	2.070,0
Equinocultura	300,0	300,0	360,0	441,0	567,0	560,0	570,0
Aquicultura	250,0	227,2	226,8	225,0	324,0	380,0	427,0
Peixes	130,0	161,1	159,7	168,0	240,0	300,0	345,0
Camarões	120,0	66,1	67,1	57,0	84,0	80,0	82,0
Outros	300,0	580,0	624,0	682,0	891,0	740,0	870,0
Total	43.452,0	47.208,7	48.363,8	53.554,0	58.730,0	58.360,0	60.587,0

Fonte: Sindirações

Produção agrícola mundial

Oferta e demanda mundial (milhões de t)

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
ALGODÃO EM PLUMA							
2004/05	10,5	26,5	7,4	44,3	23,5	7,6	13,2
2005/06	13,2	25,3	9,7	48,3	25	9,8	13,5
2006/07	13,5	26,5	8,3	48,3	26,6	8,2	13,6
2007/08	13,6	26,1	8,5	48,1	26,4	8,5	13,2
2008/09	13,2	23,3	6,5	43,1	23,4	6,5	13,2
2009/10(*)	13,2	22,1	7,8	43	25,8	7,7	9,5
2010/11(**)	9,5	25,1	8,5	43,1	25,4	8,5	9,2
ARROZ							
2004/05	80,9	401,3	26,1	508,4	407	28,2	73,1
2005/06	73,1	418,6	26,5	518,2	412,6	29,7	75,9
2006/07	75,9	420,4	28,2	524,5	418,1	31,5	75
2007/08	75	433,6	29,4	538	426,2	31,2	80,6
2008/09	80,6	448,1	27,2	555,9	435,3	28,9	91,7
2009/10(*)	91,7	441	27,5	560,2	435,3	29,5	95,4
2010/11(**)	95,4	451,4	28,7	575,5	450,8	30,5	94,3
MILHO							
2004/05	105,2	715,5	75,8	896,6	687,2	77,7	131,7
2005/06	131,7	699,4	80,5	911,7	706	81,1	124,6
2006/07	124,6	713,5	90,4	928,5	724,4	94	110,1
2007/08	110,1	793,6	98,5	1002,2	772,2	98,6	131,3
2008/09	131,3	797,8	82,4	1011,5	779	84,5	148
2009/10(*)	148	813,6	89,1	1050,7	810,2	92,6	148
2010/11(**)	148,0	818,5	90,9	1.057,40	835,0	93,2	129,2
SOJA EM GRÃOS							
2004/05	38,2	215,8	63,5	317,5	204,4	64,9	48,2
2005/06	48,2	220,7	64,1	333	216,1	63,6	53,3
2006/07	53,3	237,1	69,1	359,5	225,6	70,8	63,1
2007/08	63,1	221	78,1	362,2	230,6	78,8	52,9
2008/09	52,9	212	77,2	342	221,1	76,9	44
2009/10(*)	44	260,1	87,5	391,6	238,5	92,7	60,4
2010/11(**)	60,4	257,4	95,5	413,2	254,7	97,2	61,4
TRIGO							
2004/05	133,9	626,7	109,8	870,4	605,7	111,8	152,9
2005/06	152,9	619,2	111,6	883,7	616,8	117	149,9
2006/07	149,9	596,1	114	860	618,3	111,8	129,9
2007/08	129,9	611,2	113,8	854,9	613,2	117,3	124,4
2008/09	124,4	683,3	136,9	944,6	635,6	143,7	165,3
2009/10(*)	165,3	682,7	133,6	981,6	650,9	135,3	195,4
2010/11(**)	195,4	642,9	124,1	962,4	662,7	127,2	172,5

Fonte: World Agricultural Supply and Demand Estimates - Usda (Nov/10) (*) Estimativa (**) Projeção

Quer saber onde acompanhar o melhor do universo equestre?

No Canal Rural,
Jogos Equestres Mundiais,
Tríplice Coroa de Pólo,
Freio de Ouro.

Veja também, o programa
Horse Brasil,
de segunda a sábado, às 20h30.



blog propaganda

Acompanhe o Canal Rural:
NET 35 • SKY 105 • VIA EMBRATEL 108
Operadoras NEO TV • Parabólicas
ou em tempo real pelo site:
www.CANALRURAL.com.br

A mais completa plataforma de
comunicação do agronegócio.


CANALRURAL

Agronegócio

Presente em
cada momento
da sua vida



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO